

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30 DE SETEMBRO DE 2019

ACTA N° 04/2019
(mandato 2017/2021)



Cij
MA
cel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS3

ATA N.º 4/2019

(mandato autárquico 2017/2021)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE, REALIZADA NO SALÃO POLIVALENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TALHAS. -----

PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----

SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----

Eram dezoito horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Maria Inácia Rosa, Ana Rita Simão Rodrigues, Maria Helena Lopes Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra e Maria Adelaide Alves Batista, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores, António José da Costa Vila Franca, Ana Isabel Ferreira Pires, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Judite Maria Paulos Lino e Carlos Manuel Lourenço Rodrigues. -----

Faltaram à reunião por motivo justificado os Deputados Municipais, José Carlos Moreira Silva Azevedo e Jorge Elias Venceslau Artilheiro. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediram substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, João Pedro Forte Mendes. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Elsa Carina da Silva Escobar e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Duarte Fernandes Moreno, José Luís Gonçalves Tomé Afonso e Maria da Assunção Gemelgo Correia. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e nove Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Manuel Alberto Rodrigues,

Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Paulo Duarte da Silva Dias, António José da Costa Vila Franca, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Maria Inês Falcão, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Luís Manuel Dias Gonçalves, António dos Santos Pires Afonso, Luís Miguel Pereira Vaz, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Duarte Ferreira Dias, Ana Isabel Ferreira Pires, Alice Maria Dias Pires, Judite Maria Paulos Lino, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, João Pedro Forte Mendes, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

Neste momento o **Presidente da Assembleia Municipal** disse “ é um gosto estarmos aqui neste Salão, que nós temos a honra de inaugurar, pois é a primeira vez que aqui se faz um evento. Queria referenciar que há 29 anos fizemos aqui uma Assembleia Municipal e nessa altura era Presidente da Junta de Talhas o Sr. António Manuel Serapicos e, aproveito para em nome dele homenagear todos os Presidentes de Junta que, da era da democracia esta Junta de Freguesia já teve. Cumprimento também toda a população de Talhas bem como a comunicação social aqui presente.” -----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezanove. -----

Pretendeu usar da palavra o **Deputado Municipal António dos Santos Pires Afonso** para dizer: “ Consta na ata que foi aprovada por maioria, com 5 abstenções e acrescenta, “de pessoas que não participaram na reunião”. Ora, eu, participei e abstive-me, portanto tem de ser pelo menos uma delas, que sou eu que estive presente na reunião e abstive-me e se quiser as outras 4 porque não estiveram na reunião. -----

E hoje vou continuar a abster-me, pois se o Sr. Presidente reparar nas votações, estávamos cá 59 pessoas nas presenças, depois fui ver e são os 31 eleitos e 28 Presidentes de Junta, o que só dá 59 presenças e o Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia diz em todas as deliberações que os assuntos foram aprovados por 61 votos. Ora, ou é 59 ou é 61. Se é 59 não pode ser o resultado das votações que fizeram não pode ser esse e se realmente os resultados são 61 faltam dois nomes que não sei quem são. De qualquer forma vou abster-me na votação mas entendo que não pode ser aprovada a ata a dizer que nas presenças estão 59 Deputados e depois nas votações a soma dá 61.” -----



Esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com oito abstenções. -----

Cj
AK
Celi

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

RAMIRO BORGES VALADAR (PSD) – Que disse: “ Estou aqui para manifestar o meu desagrado, e o Sr. Presidente da Câmara já deve saber disso. Como todos devem saber neste fim-se-semana decorreram as festas de Nossa Senhora da Oliveira na aldeia de Morais e não pode acontecer numa aldeia vizinha outro evento. Aconteceu ontem aqui em Talhas uma Feira contra a qual eu não tenho nada, mas não pode decorrer uma Festa promovida pela Câmara Municipal e pelo Geoparque em rivalidade com uma aldeia vizinha. Portanto deixo o alerta para que isto não volte a acontecer.” -----

HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Queria desde já agradecer a excelente receção aqui na Freguesia de Talhas. Encontramo-nos numa boas instalações e acho que podemos de vez em quando continuar a vir aqui fazer estas Assembleias. -----

Em primeiro lugar pretendo apresentar uma moção de pesar que passo a ler: “É com enorme pesar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista o falecimento do nosso conterrâneo, António Joaquim Fernandes, mais conhecido pelo seu nome artístico de Roberto Leal. Este nosso conterrâneo foi autor/compositor e ator de teatro, produziu e vendeu cerca de 25 milhões de discos. Embora tenha feito grande parte da sua carreira fora do nosso país, concretamente no Brasil, nunca esqueceu a terra que o viu nascer, por onde passava Vale da Porca e o nosso concelho eram sempre falados e recordava sempre a convivência com as nossas gentes com muito carinho e saudade. Por isso foi um grande embaixador do nosso concelho e do nosso País. Nós como macedenses agradecemos-lhe muito essa deferência e queríamos deixar bem vincada a estima e consideração que todos temos por ti, onde estiveres muito obrigado Roberto Leal, serás sempre recordado por todos nós.” -----

Pretendia também alertar o executivo municipal para uma situação e aproveitar a oportunidade para expressar publicamente o nosso pesar pelas famílias das duas mortes que aconteceram neste Verão no Azibo. As mortes sejam em que circunstâncias forem são sempre de lamentar e causam sempre grande consternação a todos nós, mas mais aos seus familiares e ainda por cima quando são jovens. Nestes dois casos ficou provado que foram acidentes por isso precisamos estar atentos e procurar evitar que os mesmos não ocorram, cada um de nós deve ser um vigilante. O Azibo cada vez mais vai trazer gente às suas praias e deixava aqui um alerta ao Município para estar atento a estas movimentações de pessoas nestes espaços, grande parte delas são de fora e não o conhecem por isso quanto mais informação, regras e medidas de prevenção e segurança existirem, melhor será para evitar estes e outros acidentes.

Todos sabemos que as pessoas por vezes se excedem mas a vigilância destes espaços deve estar atenta, essa deve ser a nossa preocupação pois só assim se consegue prestar um bom serviço a quem nos visita. Eu reforço que no futuro e para que não aconteçam mais desgraças como estas se tomem medidas de prevenção e segurança em todos estes espaços. Eu sei que existem algumas mas, todos devemos estar atentos, os incidentes evitam-se. Só assim é que poderemos estar todos de consciência tranquila num serviço que queremos prestar à Comunidade de uma forma geral. Queria também congratular-me com a realização da Feira de S. Pedro que este ano voltou ao figurino anterior, uma semana de Feira como se viu, e os resultados foram excelentes, no futuro vai de certeza melhorar ainda mais este evento, todos acreditamos nisso e é importante começar já a pensar na próxima. Parabéns a toda a organização, Câmara e Associação Comercial.” -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Fez a seguinte intervenção: “ Tenho conhecimento pelas notícias que vieram a público e também por um comunicado da Comunidade Intermunicipal da CIM – Terras de Trás-os-Montes que anunciou o lançamento de um concurso público internacional para a concessão de um sistema de transportes públicos na região. Pelo que sei a intenção é colocar em funcionamento uma rede que cubra todo o território, que ligue as localidades às sedes de concelho e que estabeleça as ligações necessárias entre os vários concelhos. Pelo que sei também nos locais com menos de 40 habitantes o transporte será feito a pedido, uma vez por semana e pelo menos nos dias de Feira. Nos outros locais, ou seja com população residente superior a 40 habitantes devem ter acesso ao serviço público de transporte de passageiros, flexível ou quando a procura o justifique, um serviço público de transporte de passageiros regular, sendo que os horários praticados devem ser ajustados às necessidades da população e ao período de funcionamento dos equipamentos e serviços públicos, comércio e emprego. O contrato com o novo operador, segundo a CIM tem de estar fechado até ao final do corrente ano, sendo que a data estabelecida no regime jurídico respetivo, será até 3 de dezembro. Face a esta informação pergunto o porquê da decisão de um Concurso Público Internacional que pressupõe uma série de requisitos e exigências formais que as nossas pequenas empresas ligadas ao setor do transporte não possui, pelo que estão impossibilitadas de concorrer. É este o modelo de desenvolvimento para o interior que pretendemos, nomeadamente para Macedo de Cavaleiros? Deixar de fora as pequenas empresas de cariz familiar e efetuar Concursos Públicos Internacionais e privilegiar apenas um operador? Qual a posição do Executivo perante esta situação e qual a razão pela qual esta Assembleia não foi até ao presente informada destes procedimentos? Será que este assunto não é importante para o desenvolvimento deste concelho? Deixo a pergunta no ar.” -----

JORGE ORLANDO PIRES ASSEIRO (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, porque tenho tido muitas queixas nomeadamente na aldeia de Bagueixe, onde o atual taxista adoeceu há cerca de dois meses e as pessoas encontram-se



com muita dificuldade em ter transporte para a sede de concelho. A Junta de Freguesia tem estado a assegurar o transporte das pessoas às consultas ao Centro de Saúde de Izeda, duas vezes por semana, à segunda-feira e à quarta-feira, para os residentes em Talhinhas, Gralhós e Bagueixe mas há muitas pessoas que ainda têm médico de família no Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros e sentem muita dificuldade em se transportar para lá. -----

Outro assunto tem a ver com os caminhos públicos rurais das freguesias e esta é uma questão que nos traz muitos problemas aos Presidentes de Junta e ainda na semana passada fui ao Tribunal por causa de uma situação num caminho público na aldeia de Bagueixe e aquilo que eu propunha e já pedi à Câmara, documentação para fazer um cadastro dos caminhos rurais do concelho de Macedo de Cavaleiros. Esta era uma forma de resolver muitos problemas às Juntas de Freguesia porque há muitos conflitos e cada vez se registam mais e quando é necessário ir a Tribunal como foi o caso, era um documento que pode defender os Presidentes de Junta e as próprias Juntas de Freguesia.” -----

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Que disse: “ Estimado Presidente. Encontramo-nos precisamente, fará amanhã, a meio deste mandato e eu, gostava, de o desafiar para o seguinte pensamento. Imagine que amanhã, no primeiro dia da segunda metade do seu mandato, acordava pela primeira vez numa qualquer cidade da Europa e dispunha apenas de um dia para conhecer essa cidade. Qual era a sua opção de visita? Iria tentar conhecer a cidade por inteiro, ou, iria antes, optar por escolher dois ou três monumentos que lhe pudessem trazer uma boa referência daquela experiência de visita? Sobre isto quero dizer o seguinte: estamos a dois anos de cumprir o mandato, o cenário traçado ao início de expectativa positiva e de motivação chocou com os entraves e obstáculos financeiros em que a Autarquia submergia. Muitos esforços foram feitos, esforços financeiros, esforços administrativos que permitiram chegar ao presente acordo de regularização de dívidas. Mas, passaram dois anos, muito se fez, mais se poderia ter feito, respondeu-se e muito bem ao contexto possível. E, agora nesta perspetiva, tendo em conta que o âmbito de intervenção da Autarquia é muito amplo, consideramos que poderia ser importante e benéfico criar uma metodologia simplificada de gestão que focalize o investimento nos projetos a realizar nos próximos dois anos tendo em conta uma análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e constrangimentos de cada projeto, por forma a tentar investir de maneira fortemente centrada focalizada em dois ou três projetos que representem uma mais-valia global para o desenvolvimento da nossa terra. Qual será a sua estratégia, Sr. Presidente? Pergunto-lhe qual será a sua estratégia, qual será o caminho que vai seguir? Vai manter todos os projetos? Alimentar todas as ideias? Procurar olhar para o território e resolver todas as suas necessidades ou por outro lado, vai largar alguma carga ao mar e procurar fazer com que o seu mandato seja um mandato efetivamente com uma excelente produção apurada?” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Começo esta minha intervenção por cumprimentar o Presidente da Junta de Freguesia de Talhas, agradecer-lhe

Celina

esta receção e na sua pessoa toda a população de Talhas, da zona nascente do concelho, gente séria, trabalhadora e que muito honra este concelho. Mas já que nos encontramos em Talhas não posso deixar de recordar uma Assembleia que tivemos em junho do ano passado onde que foi apresentado o programa “A Festa na Aldeia” que foi apresentado para dois anos e este ano, ao que sei, não foi efetuada. Segundo consta o programa deixou de ser feito na aldeia de Talhas e no concelho de Macedo de Cavaleiros e foi feito no concelho vizinho de Bragança. Se o Sr. Presidente nos pudesse esclarecer o que se passou, pois não sei se o pagamento que foi efetuado no programa do ano passado previa já os dois anos, se não previa, o que se terá passado para termos perdido mais um programa de televisão e um programa de dianteiro que certamente poderia levar o nome do nosso concelho longe, divulgá-lo em termos turísticos e também naturalmente da Freguesia de Talhas e das Freguesias vizinhas. No que respeita à Feira de S. Pedro queria também, como já aqui foi dito, dar os parabéns quer à Câmara Municipal, quer à Associação Comercial. A forma como decorreu a Feira de S. Pedro deste ano foi de facto a prova de que nós tínhamos razão, mexer na Feira foi um erro e este ano veio prová-lo. Fica também da minha parte o desafio de que a Feira de S. Pedro no próximo ano tem que começar a ser preparada desde já. Durante os espetáculos verificamos que há um bom relacionamento do Executivo com todos os artistas pois foram sobejamente falados, apreciados e gabados, portanto esse relacionamento que existe com os artistas certamente permitirá escolher um excelente cartaz no próximo ano. Aproveitava também para deixar uma sugestão no sentido de que esse relacionamento fosse também aproveitado para evitar intervenções menos dignas para os artistas e para a Feira de S. Pedro, porque a Feira de S. Pedro é uma festa do concelho de Macedo, é uma festa de famílias e a dignidade do espetáculo do artista deve também ser acautelada. Aproveito também, para felicitar o Sr. Presidente no que concerne à conquista do programa que recentemente passou na SIC pois é bom termos o nome de Macedo em todo o lado e da melhor forma possível mas, também aqui, certamente teria sido bom afinar alguns pormenores e não expor Macedo e os macedenses a determinadas situações que ocorreram que na minha opinião não foram tão dignas como o concelho e as pessoas merecem. No que respeita à morte do Roberto Leal não posso aqui deixar de o referenciar e dizer que já por duas vezes ele tinha sido homenageado no concelho, uma ainda no tempo do antigo Presidente “Pescadinha” e bem recentemente no mandato do Dr. Duarte Moreno, com a Medalha de Ouro da Cidade para o setor artístico. Vi com muita satisfação notícias de que o Sr. Presidente vai fazer uma homenagem ao Roberto Leal, subscrevo-o mas permita-me uma sugestão – é de facto um artista maior, um artista de nível mundial – permita-me fazer-lhe a sugestão que associe ao Roberto Leal um festival de música portuguesa e brasileira, Macedo de Cavaleiros e que crie um prémio revelação para artistas jovens dando-lhe o nome do Roberto Leal abrangendo artistas portugueses e brasileiros. É uma sugestão que lhe deixo pois acho que lhe devemos fazer esta homenagem com a máxima dignidade e dar-lhe também o máximo de visibilidade. Relativamente ao Verão queria deixar aqui duas notas. Subscrever na íntegra as palavras do deputado Municipal Henrique Palma pois o Azibo merece de facto uma atenção do Município que tem de ser



Celso

levada à exaustão pois não pode falhar nenhum pormenor no Azibo porque é demasiado importante para o concelho de Macedo de Cavaleiros e para os macedenses para não ser pensado. Dizer-lhe também que na minha ótica o investimento que estão a fazer no Azibo no que respeita ao Parque de Jogos é errado pois aquele investimento tinha de ser feito em Macedo de Cavaleiros. Perderam ali um espaço onde se lhe poderia ter dado uma maior dignidade ainda ao Azibo, com um jardim e um espaço verde bem planeado pois colocar naquele lugar redes com 5 ou 6 metros de altura acho que não é de todo adequado. Por outro lado é um espaço preparado para a prática de diversos desportos que vai ficar longe de Macedo e dos macedenses e vai ficar acessível aos macedenses num curto período de tempo durante o ano e para verificarmos isso bastava fazermos uma análise crítica das infraestruturas que já existem no Azibo e àquilo que tínhamos ao lado pois já havia um campo de jogos e tendo em conta a utilização que teve poderia ser uma forma de evitar aquilo que eu acho que foi um erro. O Azibo é sem dúvida a nossa grande sala de visitas e uma sala de visitas como esta não pode ser tratada como o foi este Verão. Não se pode deixar secar o maior relvado se calhar do Distrito. Aquilo que faz com que qualquer pessoa que chegue ao Azibo fique de boca e aberta, com muita pena digo que conseguiram deixar secar a relva num sítio onde até havia uma torneira e é nessa perspetiva que lhe digo e lhe peço Sr. Presidente que comece a pensar no Azibo já hoje.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse: “ Tenho comigo uma resolução da Assembleia da República de uma reunião que houve por causa dos investimentos até ao ano de 2030 e queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se a ligação que passa no IP2 – Vinhais- Godiña - que aparece aqui e pretendia perguntar a alguém do PSD qual é a posição deles sobre isto pois continua a aparecer outra ligação que nos vai sufocar. Quando dizem que o Azibo é importante, estou plenamente de acordo, porém, isto aqui também é muito importante e daqui a uns anos vão dar-me razão se por acaso não tivermos esta estrada porque a Zona Industrial só vai ter valor e gente a trabalhar se tivermos esta ligação e nesta questão temos de nos unir todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal na defesa desta ligação, pois Bragança tira-nos tudo e deixa-nos sem nada. Pretendia também ser informado sobre as inscrições no Ensino Superior em Macedo de Cavaleiros pois sei que há uma grande expectativa sobre esta questão. Relativamente à questão dos transportes há uns meses atrás não havia verba para Trás-os-Montes e agora a preocupação é o concurso mas, ainda bem que há um Governo que se lembrou e vamos ter transportes públicos e ainda bem porque serão bem-vindos.” -----

ALÍPIO AUGUSTO MARCOS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente durante a minha intervenção vou pedir-lhe que recue um pouco atrás e que se imagine sentado nas nossas cadeiras à data que era Presidente da Junta desta grande freguesia. Mais uma vez na passada sexta-feira dia 27/09 ocorreu um evento promovido pela Câmara Municipal o qual percorreu a minha freguesia, permaneceram as pessoas e os respetivos cavalos na freguesia,

fizeram umas danças no Largo da Freguesia e o Presidente da Junta e os restantes habitantes ninguém teve conhecimento de nada. Imagine o Sr. Presidente estar hoje aqui a decorrer esta Assembleia Municipal e não lhe terem dado conhecimento, como se sentiria? E, para já, lembro-lhe que o Cruzeiro um ato que não foi feito por uma Entidade como a mesma que promoveu a ação, acho que foi o Turismo, encheram o Cruzeiro de Velas, as mesmas derreteram e desde já lhe comunico que deve proceder à limpeza do mesmo, porque aquilo é um monumento nacional e não foi tratado da melhor forma e ficou muito mal ao Município este procedimento. Já sei a resposta que o Sr. Presidente vai dar, à semelhança das anteriores, estamos a aprender, esquecemo-nos, foi um lapso mas pronto dois anos a aprender e a esquecer já é muito tempo. Isto em dois anos, num contexto de quatro a esquecer e a aprender ficaria com nota negativa, nestes dois anos e espero que nos próximos dois anos e eu estou cá para colaborar consigo para que de facto nos próximos dois anos a nota seja positiva. Estou aberto e disponível como sempre estive. O Sr. Presidente fala muitas vezes em politiquice mas eu sinceramente acho que as politiquices estão mais desse lado, queira-as assumir ou não. Quero lembrar-lhe também que há aproximadamente dois meses falamos dos passeios da rua que liga a Freguesia de Vale de Prados a Macedo de Cavaleiros, o estado em que se encontravam, aqueles postes moribundos presos por umas cordas, obra que estava em curso quando o Sr. Presidente tomou posse e que a parou mesmo havendo lá investimentos, que penso que eram por conta das empresas e não custos da Câmara. Parou-as não sei porquê, também não me foi dito. O Sr. Presidente tinha dito que em breve ia ver isso e até à data ainda nada foi dito e espero que de facto aquilo tenha outra forma de ser tratado porque aqui eu julgo que é mesmo politiquice, uma vez que não pode alegar custos da Câmara. Já agora, e uma vez que já deve estar a preparar o orçamento para 2020 que se lembre daquela nossa rua, entre outras obras que irei mencionar, mas aquela rua de facto é importante como o Sr. Vice-presidente disse um dia na campanha do PS - que Vale de Prados merecia uma via urbana de ligação a Macedo. De facto aquilo ali é via urbana mas a ambição do Sr. Vice-presidente morreu. Vou ali e já venho.” -----

ELIAS DE JESUS MONTEIRO AFONSO (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente da Assembleia Municipal: esta intervenção justifica-se pelo facto de ter sido nomeado em conjunto com outros três Deputados Municipais, Ana Rita Rodrigues, Maria Helena Gonçalves e Maria Inácia ferreirinha, por esta Assembleia para a representar junto da Comissão de Crianças e Jovens de Macedo de Cavaleiros, adiante designada, Comissão de Proteção e tem como objetivo principal, informar esta Assembleia acerca do trabalho desenvolvido e dos resultados obtidos por essa Comissão de Proteção. Como facilmente se depreende esta intervenção implica também os três Deputados Municipais anteriormente referidos, antes, contudo, de passar ao objeto central, permita-me Sr. Presidente endereçar os meus melhores cumprimentos ao nosso ilustre anfitrião, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Talhas e na sua pessoa cumprimentar todos os Talhenses em particular e todos os macedenses em geral.


Cebim

Aceite, Sr. Presidente, os meus mais sinceros agradecimentos por nos receber na sua Freguesia. -----

Sobre o assunto que aqui me trouxe deve referir-se inicialmente que a Comissão de Proteção foi criada na sequência da publicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, sendo sucedânea da extinta Comissão de Proteção de Menores que funcionava em Macedo de Cavaleiros desde 1995. De acordo com o ponto 1 do artigo 12.º da Lei citada as Comissões de Proteção são e cito "Instituições Oficiais não Judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e, prevenir ou por termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral". De acordo com o articulado podemos então concluir que a ação das Comissões de Proteção nas quais se inclui a de Macedo de Cavaleiros assenta sobre duas atividades essenciais: a prevenção do perigo e a ação direta sobre o perigo. Para desenvolver a sua ação a Comissão de Proteção funciona na modalidade alargada e restrita designada respetivamente por: Comissão Alargada e Comissão Restrita cujas competências estão definidas nos artigos 18.º e 21.º da Lei citada. A ação da Comissão de Proteção reveste um carácter interventivo na existência de perigo quando, as Entidades com competência na matéria de infância e juventude não conseguiram intervir, quando houver consentimento expresso dos pais, representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto da criança e quando não houver oposição da criança com idade igual ou superior a 12 anos, ou idade inferior mas, com capacidade para compreender o sentido da intervenção. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal ocupar-me-ei no seguimento da apresentação dos resultados da ação da Comissão de Proteção nas suas vertentes essenciais: a prevenção do perigo e a ação direta sobre o perigo, tendo num primeiro momento como horizonte temporal o ano de 2018 e num segundo o decorrido do ano de 2019. Assim, quanto à prevenção do perigo que foram, ao longo de 2018 realizadas várias atividades direcionadas a diferentes públicos-alvo, dessas, destacamos as ações de sensibilização sobre a violência juvenil, o bowling, o dia da família, operação nariz vermelho, divulgação do dia da alimentação para profissionais da educação, comemoração do dia europeu para a proteção das crianças contra a exploração e abuso sexual. Ao nível da ação direta sobre o perigo informa-mos que ao longo do ano de 2018 deram entrada na Comissão de Proteção um total de 90 processos, destes, 41 transitaram de 2017. Tenho as percentagens mas não as vou dizer: 30 correspondem a novos processos e 19 foram reabertos. Por outro lado, 42 dos processos entrados foram concluídos ou arquivados, desses concluídos ou arquivados 4 foram enviados para outras CPCJ, 14 pertenciam aos transitados, 17 aos novos processos e 7 aos reabertos. Referir por último, que se agrupam no motivo de arquivamento, situação de perigo já não subsiste, ou não se confirma, 23 dos processos concluídos ou arquivados o que perfaz uma percentagem de 60%. Parece-nos que este número pode permitir uma avaliação positiva dos trabalhos desta Comissão de Proteção. Assim sendo, havia no final de 2018, 48 processos ativos que transitaram para 2019. Sobre as problemáticas sinalizadas aparece a violência doméstica como a principal causa com 16 registos, seguida das diferentes formas de negligência com 10 e o aliciamento sexual e o

absentismo escolar com 4. Ainda neste âmbito, os escalões etários mais atingidos situam-se entre os 11,14, e os 15 e 17 anos. Passando pelos processos acompanhados verificamos que a negligência é a que aparece com mais processos (19), seguida da violência doméstica com 4, o absentismo escolar com 3 e o insucesso escolar com 2. Os escalões etários mais atingidos são igualmente os referidos anteriormente. Quanto às medidas de prevenção aparece o apoio junto aos pais aplicada em 36 processos seguida do acolhimento residencial em 13 e em 3 o apoio junto de outros familiares. Por último, referir que as Instituições que mais sinalizações fizeram foram a autoridade policial e os estabelecimentos de ensino. Feito o retrato do ano de 2018 permita-me Sr. Presidente para terminar, referir que ao longo do ano de 2019 e até ao momento, já foram realizadas várias ações no sentido da prevenção do perigo como sendo, a comemoração do dia internacional da internet segura, ações de sensibilização sobre a violência no namoro, a sinalização do mês da prevenção de maus tratos na infância e juventude e a comemoração do dia mundial da criança, entre outras. Estão ainda previstas ações de sensibilização sobre o abuso sexual e a comemoração do dia internacional dos direitos da criança pelo que, solicitamos a todos, agradecendo desde já o maior empenho na participação destas atividades. No respeitante ao volume processual, até ao momento (2019) deram entrada 82 processos, destes, como vimos, 48 transitaram, 22 correspondem a novos processos e 12 foram reabertos. Por outro lado, 41 processos foram concluídos ou arquivados, destes 25 pertenciam aos transitados, 11 aos novos processos e 5 aos reabertos. Referir por último, que se agrupam no motivo de arquivamento, situação de perigo já não subsiste ou não se confirma 24 processos, ou seja 58% dos processos entrados. Parece-nos que estes números confirmam o afirmado relativamente a 2018, assim sendo, temos neste momento na CPCJ, 41 processos ativos. Terminando dizendo que a promoção e a defesa dos direitos das crianças e dos jovens é um dever de cidadania. Todos, todas e mais alguns têm o dever de contribuir para o seu desenvolvimento físico, moral e social dos nossos jovens. Crianças e jovens felizes farão com certeza um melhor concelho e por extensão um melhor País. O desafio é de todos e para todos, vamos ao trabalho.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Sr. Presidente tenho dois reparos para lhe fazer – o primeiro é a recolha do lixo -- não conheço o contrato que o Município tem com a empresa da recolha do lixo mas, na realidade, o serviço não está a ser bem feito. Há acumulação de lixo em diversas aldeias e por exemplo na de Cabanas há rondas em que o camião não passa, devem pensar que por ser uma aldeia pequena não há resíduos, ou não haverá necessidade de passar tantas vezes e depois o lixo acumula. Gostava que tomasse as medidas devidas porque se no inverno é mau, no verão é terrível devido ao mau cheiro, à quantidade de moscas e mesmo devido aos animais que espalham o conteúdo dos sacos pelas ruas da aldeia. Algumas pessoas com consciência que não colocam o lixo quando os contentores estão cheios, o que provoca que encham mais rápido na vez seguinte. O segundo reparo é sobre a limpeza das estradas municipais da minha freguesia. É inadmissível o estado em que estão as bermas das estradas municipais da minha freguesia, nomeadamente, e para



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

situar, a estrada municipal 537 que vai desde a estrada nacional 16 do Cruzeiro até ao Cruzamento de Rebordainhos/Senhora da Serra e desde esse Cruzamento até à aldeia de Cabanas. Depois temos a estrada municipal 535-1 que vai do referido Cruzeiro, atravessa Murçós em direção a Ferreira, e neste caso há mimosas, silvas, giestas e outra vegetação que já entra 1m na parte alcatroada. Em relação à única estrada da freguesia limpa pelo Município a de Edroso/Bousende, apesar de terem dado a limpeza como concluída não a terminaram. Foi dito que este ano as aldeias que só têm um acesso teriam prioridade mas nesse caso só foi limpa aproximadamente metade da estrada. O restante está quase intransitável porque num acesso estreito como aquele, quando o mato entra 50cm de cada lado da berma é 1m de via que se perde. Nessa estrada com as bermas limpas é difícil que se cruzem dois carros, da forma que está é impossível, além do perigo para a circulação é também perigoso devido aos incêndios porque é uma das aldeias que faz parte do programa "aldeias seguras, pessoas seguras", logo corre mais risco de haver incêndio e colocar as pessoas, na sua grande maioria idosas, em perigo. Em relação à proposta que o Presidente de Junta Jorge Asseiro fez sobre os caminhos, tem o meu total apoio e acho que devemos começar o mais rápido possível, enquanto temos caminhos. Em relação à pergunta do Presidente de Junta, Manuel Mico, acho que já tinha sido debatido nesta Assembleia uma proposta, apresentada pelo Deputado Municipal, Henrique Palma e foi aprovada por unanimidade de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal." -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ É com profunda satisfação que aqui me encontro nesta freguesia, em pleno coração da zona nascente do concelho de Macedo de Cavaleiros, terra com quem mantenho uma afinidade própria por a minha terra se encontrar integrada nesta vasta área do concelho. Talhas é terra de gente de trabalho de honra e dignidade, que soube suportar o peso do abandono a que foi votada durante décadas a fio à espera de um futuro melhor que tardava em chegar. A zona nascente deste concelho representa cerca de 2/3 da área do concelho e era potenciadora em mais de 1/3 dos eleitores, que aqui teimavam em continuar a viver. E, foi assim durante muito tempo até que o fenómeno da desertificação foi mais forte e foi alterando as regras da sobrevivência com as melhores potencialidades agrícolas do concelho, quis o destino impulsionado pelas regras dos mais fortes, que a mesma não se desenvolve-se. Se é verdade que esta vasta área do concelho serviu de base para o estudo e implementação da zona de regadio a partir da Barragem do Azibo, a verdade, é que esta zona do concelho com exceção a uma pequena parte da freguesia de Salselas viu todo o plano de rega subvertido, servindo uma pequena parte do sul do concelho representando cerca de 15% do potencial de irrigação. Baseado nestes estudos foi fácil ao Governo Central não incluir em PIDAC verbas para investimento no plano de rega para a zona nascente, apesar do esforço do digníssimo Presidente da Câmara Municipal, em concretizar esse desidrato, e até fazendo parte das promessas eleitorais. Durante mais de 30 anos todos os membros que pertenceram e alguns ainda pertencem a esta Assembleia Municipal, ou por inerência ou por eleição direta sempre se bateram pelo

desenvolvimento desta Região. Não vou citar nomes para não correr o risco de poder deixar de fora pessoas que de uma forma ou outra, quiseram dar o seu contributo. Sr. Presidente, estamos a meio deste mandato e vamos continuar à espera que se cumpra esse desiderato, porque ele foi importante para que o Azibo fosse uma realidade. Aproveito esta oportunidade para felicitar todos os Presidentes de Junta da zona nascente e particularmente o meu amigo António Manuel pelo trabalho que dedicou a esta causa em circunstâncias bem adversas. -----

O outro assunto que aqui trago tem a ver com o Acórdão do Tribunal de Contas n.º 25/2019 e sobre isto passo a dizer: “ 1- Pelo que podemos perceber, as razões invocadas pelo Tribunal de Contas para recusa de visto às operações de renegociação da dívida com os bancos, assentam em questões jurídicas, próprias, relativamente às quais não dispomos de conhecimentos suficientes para os contradizer; 2 – No entanto, pelo menos a razão invocada no ponto 30, de não ter sido feita uma “consulta a pelo menos três Instituições aptas a conceder crédito”, parece-nos completamente descabida, pois o que está aqui em causa é renegociar com esses bancos onde o Município tem a dívida e não o aumento da dívida; 3 – Dívida herdada do passado para a qual este Órgão Executivo em nada contribuiu, e porque não dizer “escondida” nas contas que nos vinham sendo apresentadas; 4 – Dívida impossível de ser paga nos termos atuais, pois impediria que fossem realizadas obras fundamentais para o bem-estar de todos os munícipes do nosso concelho, neste e certamente nos próximos mandatos. 5- Sr. Presidente da Câmara Municipal, conscientes de que estamos perante uma tarefa colossal, mas certos de que V.ª Ex.ª e os serviços saberão ultrapassar mais uma das dificuldades resultantes das “trapalhadas” passadas, esteja certo de que continuaremos a dar o nosso apoio incondicional ao seu Executivo, esperançados que saberão encontrar uma porta de saída para mais este imbróglio. 6 – Terminaria lançando um desafio à oposição desta Assembleia para que se junte a nós e, ajude a encontrar uma solução para ultrapassar este obstáculo do Tribunal de Contas, em prol de todos os munícipes, sejam eles quem forem.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente o primeiro assunto que aqui trago é sobre uma questão que o Sr. Presidente não me conseguiu esclarecer em relação à prospeção de lítio. O Sr. Presidente sabe, que a 30 de abril do corrente ano saiu em Diário da República uma autorização para uma Empresa Australiana, realizar prospeção de lítio no nosso concelho. Dava 30 dias para uma alteração do polígono do mapa que estava descrito nesse Diário da República. Aparece mais tarde uma área do concelho ao qual foi retirado o Azibo e algumas áreas protegidas que incluem o Geopark. O que eu lhe pergunto, acabo por não chegar a conclusão nenhuma, isto porque o senhor de alguma maneira o permitiu que fosse autorizado colide frontalmente com as suas promessas eleitorais, nomeadamente a questão do Regadio para a zona da Serra e nomeadamente todos os investimentos, e bem, que têm sido prometidos para a agricultura e para o turismo do nosso concelho. Gostava de ouvir da sua voz, se o Sr. Presidente é contra a prospeção, se não é, qual é no fim de contas, e uma vez que estamos a chegar ao fim de dois anos dos quatro que o Sr. Presidente aqui vai estar, queria perguntar-lhe qual é então a sua



perspetiva de desenvolvimento para o concelho. Como já sabe, nós somos radicalmente contra esta prospeção de lítio, não que sejamos uns fundamentalistas do ambiente, não é isso que se passa, temos é uma perspetiva de desenvolvimento para o concelho que não enquadra esta questão da prospeção de lítio. E, chamo-lhe à atenção por exemplo, não sei se já lá foi alguma vez mas, o Presidente da Junta de Freguesia de Cortiços saberá isto tão bem como eu, o Senhor Presidente tem um problema, por exemplo, no caminho das Olgas que liga a Cernadela ao Quadraçal em que a cratera da mina de extração que lá está, está a progredir a uma velocidade tão grande que o caminho público está a menos de 1m de distância e portanto peço-lhe e fica aqui o aviso público para se tomarem as medidas de proteção. Estamos a falar em termos no futuro de prospeção de lítio, que é uma prospeção em cratera aberta. O segundo assunto, e que de alguma maneira o Sr. Presidente não conseguiu ir de encontro às promessas que tinha, inclusivamente para comigo e para com esta Assembleia, de trazer aqui o Presidente da ULS, a questão das camas de medicina interna e queria-lhe por o problema precisamente ao contrário, tendo por base a explicação que o Sr. Presidente me deu que foi: “ não, não o Sr. Deputado está a fazer aqui politiquice, não se retiraram camas nenhuma. As camas que se retiraram foram camas do plano de contingência da gripe”. Então eu vou colocar-lhe o problema no mesmo método que o senhor me colocou a mim: aproxima-se o inverno, os fatores de risco aparecem para a gripe e eu gostaria, como plano de contingência e se realmente a sua explicação é certa e a minha interpretação é errada, peço-lhe então que a ULS volte a colocar camas no serviço de medicina interna. Terceiro assunto, estamos em Talhas, uma série de aldeias que aqui estão à volta, que são uma marca bastante importante para o nosso concelho em termos da exploração animal, uma vez que o Sr. Presidente vai começar a preparar o orçamento, eu propunha aqui que em Talhas, e ficava um marco, e penso que isto não é uma proposta minha, nem do PSD, poderá até ser uma proposta desta Assembleia, e não quero ter a paternidade disto, longe de mim, pois o que eu quero é ter o desenvolvimento do concelho, que o senhor Presidente tenha aqui o compromisso de fazer o pagamento da sanidade animal a 100% para todos estes produtores. Era uma grande mais-valia porque atualmente o trânsito animal obriga a que sejam feitas intervenções sanitárias, o que faz com que o preço da sanidade animal para os agricultores tenha “explodido” para valores incontroláveis. Em relação a outro assunto que pretendia que me desse uma explicação. Os alunos dos cursos profissionais do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, que não tarda nada, serão o grosso dos nossos alunos no Agrupamento Escolar não têm transporte nem à quarta-feira, nem à sexta-feira à tarde, e as suas aulas também são lecionadas nos dias referidos à tarde. Gostaria que me fosse dada uma explicação para isto, e, se a Câmara prevê de alguma maneira essa colaboração com o Agrupamento de Escolas no sentido de fornecer esse transporte. Corroboramos com o Partido Socialista a nota de pesar pelo nosso artista do concelho Roberto Leal e gostaríamos que esta nota de pesar emanasse da Comissão Permanente e fosse uma nota de pesar de toda a Assembleia Municipal. Em relação ao último assunto, ao Deputado Manuel Mico e a questão da estrada do IP2 à Godiña, penso que a

explicação já foi dada pelo nosso Presidente de Junta. Foi uma Resolução da Assembleia portanto não há necessidade nenhuma de vir aqui outorgar-se com essa autoria." -----

O Presidente da Assembleia Municipal relativamente à moção de pesar ao Roberto Leal propôs que onde diz que é o Partido Socialista passa a ser A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes, endereçando um cumprimento especial ao Sr. António Manuel Serapicos e disse:" é uma pessoa de referência nos Autarcas Nacionais, pois esteve mais de 20 anos à frente dos destinos da Freguesia de Talhas e que muito trabalho aqui fez. Agradeço também a sua presença aqui hoje, porque sei que é para si um grande esforço estar aqui. Depois de 29 anos da última Assembleia feita nesta freguesia, acho que é também uma justa homenagem trazer aqui hoje esta Assembleia e permitir que esteja aqui connosco a partilhar este momento. Pela parte que me toca e uma vez que também eu fui Autarca por esta Freguesia é também com particular orgulho que vos tenho aqui hoje e sendo o nosso território gostamos de vos acolher bem, como todas as freguesias do Concelho. Somos de facto hospitaleiros e orgulhamo-nos disso. -----

Começo então por responder ao Deputado Municipal Ramiro Valadar, e por dizer-lhe que tem toda a razão naquilo que disse na sua intervenção, não deve haver coincidência de datas quando temos eventos, mas temos de perceber que este foi um ano excecional. Temos eleições no próximo fim-de-semana e tivemos de recuar a Festa da Senhora da Oliveira e a Junta de Freguesia de Talhas tinha pensado fazer a Festa da Vindima e só nos restavam três hipóteses: ou era esta, ou era o dia das eleições, ou era o dia da Feira do Figo e do Azeite. Optou-se então por fazer nesta altura, sem qualquer afronta porque somos aldeias vizinhas, somos amigos e muitos de nós aqui temos costela em Morais. Portanto não houve má intenção e de certeza que de futuro isto não voltará a acontecer. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Henrique Palma e a referência que fez ao Roberto Leal e muito bem, pois é uma referência entre os artistas e personalidades que temos no nosso Município, foi uma pessoa que nunca negou as suas origens, sempre defendeu o nosso território e foi um autor de referência mundial. Quanto ao facto de cumprimentar a organização da Feira de S. Pedro, e como aqui foi dito, nós estamos aqui para aprender e, quando chegamos à conclusão que reduzir o número de dias da Feira não foi o melhor, mas que fique bem claro fizemo-lo para atender aos pedidos dos expositores, que depois retrocederam no pedido, e a Câmara aceitou em retroceder. Portanto, só quem não tem a humildade de saber perceber as coisas é que não iria fazer uma coisa desta. A Feira reencontrou-se, está no bom caminho e tenho a certeza que irá melhorar nos próximos anos. --



ij
celi-

Quanto à intervenção da Deputada Municipal, Jacinta Lopes de facto houve um concurso internacional para os transportes, previamente fez-se um estudo que credível e caro que estudou todos os fluxos e predominância de tráfego no nosso Distrito e para fora do Distrito e, mediante as conclusões a que se chegaram, com uma ou outra afinação conseguimos criar os trajetos ideais, sempre com base no estudo que foi feito. Relativamente a privilegiar os Empresários Locais dos transportes, fizemo-lo e sempre o fazemos naqueles transportes a pedido e houve esse cuidado pois todo o estudo foi feito em função disso e esta garantia foi-nos transmitida pelo Secretário da CIM. -----

O Deputado Municipal, Jorge Asseiro referiu a questão do transporte e efetivamente aconteceu a fatalidade de o Taxista ficar doente e neste momento não sei se quando recuperar vai retomar os transportes pois se isso não acontecer teremos de em conjunto arranjar uma solução. Quanto aos caminhos públicos rurais, infelizmente não consigo dar uma resposta positiva a essa questão porque o cadastro, que sabemos que é necessário. Neste momento estamos a trabalhar com o cadastro das cartas militares e para fazer um cadastro "competente" obrigava-nos a fazer uma contratação caríssima e, neste momento, como todos sabem, não temos disponibilidade para isso. Esta questão será uma das prioridades do executivo mas, não neste momento porque têm outras prioridades. É óbvio que a Câmara gostaria de ajudar nestes conflitos, por exemplo em Tribunal mas, neste momento, teremos mesmo de nos sujeitar às cartas de cadastro disponíveis. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal, Catarina Matos que me desafiou para que chegasse a Macedo de Cavaleiros como a uma outra qualquer cidade da Europa e num dia escolher o que teria para ver. Para já não tenho dúvidas daquilo que teria para ver em Macedo num dia, e não chegava, aliás posso dizer-vos que tivemos este mês uma "funtour" com gentes de toda a Europa e até de todo o mundo, onde também havia Uruguaios e Argentinos e conseguimos criar circuitos e pontos de interesse para todo o território. Agora dizer se temos um plano estratégico, é obvio que sim, que temos prioridades, agora dizer em que zonas e áreas da economia e do desenvolvimento em que vamos atuar toda a gente sabe quais são as nossas prioridades (Turismo, Zona Industrial, Ensino e Agricultura). Como o podemos fazer é com o que neste momento são os nossos meios disponíveis. Lutamos e vamos todos os dias para onde temos de reivindicar os nossos direitos e os meios para trabalhar no desenvolvimento económico. No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal, Luís Gonçalves sobre a ida do "Há Festa na Aldeia" para Bragança. O "Há Festa na Aldeia" em Bragança, já existia. Este evento foi uma Candidatura que envolvia também um Gabinete de Desenvolvimento Local, particularmente a DESTEQUE e a Associação de Turismo da Aldeia, uma Organização Nacional que capta Fundos Europeus avultados mas, obviamente, como qualquer organização gosta de ter a disponibilidade dos Fundos nas suas mãos. E, isso implicava que o Município tivesse de investir cerca de €15.000,00 para eles irem buscar um bolo global de cerca de €60.000,00. Portanto todo o investimento que era feito era pelos Municípios e pela Junta de Freguesia que gastou no ano passado cerca de €5.000,00. Assim, €20.000,00 para fazer uma Festa que nós este ano conseguimos fazer com cerca de

€5.000,00, e na minha opinião muito melhor que a do ano passado e com mais sucesso. Como facilmente compreenderão não íamos estar aqui a “engordar” uma Empresa, que também é uma Associação para manter os seus funcionários durante o ano inteiro, ou seja, nós íamos buscar €45.000,00 para eles gerirem por dentro e nós não eramos contribuintes diretos na organização, nem sequer tínhamos artistas da nossa região para atuar e os artistas que estiveram a atuar eram pagos por nós, ou seja todo aquele bolo era para gerir com as gentes que eles tinham nas suas relações. Fizemos portanto uma gestão nossa, autónoma com uma festa muito boa e o rescaldo é fantástico. Sobre a transmissão pela televisão, eles nunca transmitiram o evento pela televisão, eles faziam filmagens, essencialmente fotografia e publicavam nas redes sociais. Desta vez nós tivemos o privilégio de ter cá a Onda Livre que transmitiu as filmagens feitas aqui no nosso território. Quanto à Feira de S. Pedro e o novo figurino concordo. Nós reconhecemos que tínhamos de mudar e funcionou bem mas, também tivemos muita sorte no corrente ano porque adiantamos o evento uma semana e tivemos bom tempo, as pessoas colaboraram e correu de forma fantástica, com bons expositores e toda a gente satisfeita e também com bons artistas. Relativamente ao programa do César Mourão, aquele figurino a mim constrangeu-me imenso e confesso que gosto do seu humor mas não naquele contexto, pois termos ali um programa que é uma homenagem a um grande artista e a homenagem a um território, que era o do artista, e tinha de haver algum respeito e não irmos buscar as pessoas caricatas do nosso Município, pois parece que só temos anedotas porque isso não é verdade. Mas fiz-lhe saber isto ao César Mourão e entretanto houve algumas ligeiras alterações quando o programa passou, com alguns contextos mais populares nas aldeias, com algumas entrevistas tendo melhorado um bocado. Quanto ao retorno e feedback daquele programa, apesar de tudo foi positivo. -----

Sobre a questão do Azibo é óbvio que não queremos que falhe nada, mas corremos sempre esse risco e confesso que houve algumas falhas, e este ano o facto de secar a relva foram falhas com as bombas que avariaram e não conseguimos em tempo útil manter a verdura, mas iremos tentar evitar que isso aconteça passando a ter bombas suplementares para podermos responder com celeridade. Para as práticas desportivas no Azibo e o facto de termos investido um pouco nestas áreas é pelo facto de em todos os grandes espaços lacustres da Europa à sua volta, se repararem, há recintos desportivos pois é preferível ter as crianças a jogar num campo de futebol de praia do que tê-las na areia a dar “boladas” para os banhistas, e além disso é um espaço utilizado durante todo o ano. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Manuel Mico tenho para dizer que entendo perfeitamente a sua preocupação mas temos de ter a perceção de uma coisa, o Grupo de Estudo do PS e quem teve oportunidade de estar presente nesses estudos sempre defendeu esta via de ligação. Na CIM mais do que uma vez, e todos concordamos que esta ligação era essencial para o desenvolvimento do território, não era meter 3 ou 4 ligações no concelho de Bragança que é o que é pretendido (é uma para a Puebla, outra por rio de Onor, outra por Quintanilha e logo a seguir a da IC5), não é desta forma que se desenvolve o território mas sim pensar nele num todo e é necessário ver a zona sul do território que tem de ter saídas para



[Handwritten signatures and initials]
elin

Espanha, até porque eles esqueceram-se de uma coisa – a estação do ave prioritária não é da Puebla, porque esta é um terminal de passageiros e o que interessa mais é o terminal comercial e essa vai ser na Godiña e eu sempre defendi isso. E, sabem porque é que isto se alterou tudo? Porque eu em sede de discussão disse que queria a Plataforma Logística Regional em Macedo de Cavaleiros, na Amendoeira e logo Mirandela queria assim como Bragança também queria e isto fez começar os lóbis a trabalhar, e isto rapidamente foi tudo alterado, tendo a própria CIM feito a redação de um novo documento em que não aparece esta ligação à Godiña. Esta situação como é óbvio causou revolta comigo e com os outros parceiros (Alfândega da Fé, Vila Flor e Mogadouro), mas, até estes que estavam connosco, todos eles fizeram de conta, porque alguém os andou a pressionar e quem está agora isolado nesta batalha é o Grupo do PS, o Grupo de Vinhais e o Grupo de Macedo de Cavaleiros, pelo interesse da lógica do IP2 e da A4 se cruzarem em Macedo de Cavaleiros e a proximidade à Galiza, que é a zona mais desenvolvida, contrariamente àquilo que eles dizem, não é Castilha e Leon, mas sim a Galiza aí interessava-nos a nós porque era um foco de desenvolvimento e a plataforma regional é apetitosa é para Bragança. Portanto, isto foi tudo “cozinhado entre a CCDRN, Bragança e depois o Núcleo duro. Certo é que no Plano Nacional de Investimentos constava esta ligação e não entendo porque motivo o PSD continua a não defender esta ligação e eu sozinho não consigo fazer isto. -----

No que diz respeito às inscrições no Ensino Superior passasse uma coisa semelhante. De facto temos um protocolo com o IPB, este por sua vez tem a Escola de Negócios em Macedo de Cavaleiros mas, o que é certo é que o próprio IPB faz concorrência a Macedo de Cavaleiros. A título de exemplo posso dizer-vos que temos um pós graduação aberta que devia ter encerrado neste fim-de-semana mas tive de contactar o Prof. Orlando e dizer-lhe que não podia ser, pois tinha de continuar aberta por uma razão muito simples, há pessoas que querem entrar nesta pós-graduação de Gestão de Unidades de Saúde e tenho conhecimento que há muitos interessados e quando vão para fazer a inscrição online na plataforma não conseguem fazê-lo. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Alípio Marcos no que diz respeito à caminhada noturna, organizada pelo Geoparque para comemoração do Dia Mundial do Turismo, se não o comunicaram ao Presidente de Junta é um erro muito grave mas certamente que foi por lapso e não de forma propositada. Quanto à cera das velas que ficaram, a arder no Pelourinho da aldeia não vejo mal nenhum nisso, mas a Câmara irá proceder à sua limpeza. ---

Sobre a intervenção do Deputado Municipal, Elias Afonso agradeço o relatório que nos trouxe e dizer que é para a Câmara muito satisfatório saber que temos uma digna representação da Assembleia Municipal na Comissão da Proteção de Crianças e Jovens e dizer também que se os números que não me parecem muito grandes vão ainda diminuir e certamente irão fazer um bom trabalho no aspeto da prevenção e da sensibilização, protegendo assim os jovens e menores e dando grande dignidade à representação deste Órgão Autárquico. -----

A intervenção do Deputado Municipal, David Martins que abordou a questão da recolha do lixo. Isto infelizmente tem vindo a acontecer e não é só na Freguesia de Espadanedo e nas outras

aldeias associadas. O que acontece é que a Resíduos do Nordeste por vezes falha e não é só nas aldeias mas também na Cidade, não faz a limpeza dos contentores e tem levado constantemente esta preocupação ao Dr. Paulo Praça nas reuniões da CIM, e a situação tem vindo a manter-se. A empresa a quem este trabalho foi adjudicado não se tem mostrado exemplar e continuarei a insistir para que esta questão seja resolvida e ultrapassada. Sobre as estradas municipais ainda há pouco tempo percorri todas essas estradas e não me pareceu que a vegetação estivesse a entrar tanto assim nas estradas. Quanto à de Bousende fez-se a limpeza da faixa que foram cumpridas não sei se houve um ou outro pormenor que ficou por acabar, mas é verdade que a vegetação é cortada e rapidamente cresce. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal, Fernando Gomes, temos efetivamente algumas lacunas e vamos continuar com elas, particularmente no que diz respeito ao Regadio, mas prometi que ia lutar por ele e continuo a fazê-lo, mas neste momento não consigo avançar muito mais porque foi das poucas áreas onde o anterior Executivo não deixou estudos feitos. Temos andado a fazê-los, já andaram equipas no terreno na Zona Nascente e estão também previstas intervenções para a Serra e provavelmente num futuro próximo vamos ter de recorrer a pequenas charcas porque o verdadeiro Regadio não o podemos ter porque não temos valores de rentabilidade que possam justificar investimentos no Regadio como foi feito até Salselas. Enquanto não houver a sensibilidade para emparcelar e para criar Associações de Regantes que estejam no terreno a emparcelar e a justificar a rentabilidade do Regadio, não vamos conseguir absolutamente nada porque os outros territórios só o conseguem dessa forma. -----

Sobre a questão de renegociar a dívida são questões jurídicas específicas, o Tribunal de Contas faz a sua interpretação do que está e a Câmara limita-se a aceitar. Não é a Câmara que decide e temos de nos limitar a aceitar o que nos é imposto, mas posso dizer-vos que podemos estar tranquilos porque estamos a renegociar as dívidas, vamos renegociá-las e o investimento vai ser feito e estamos a trabalhar para que os concursos não fiquem vazios por falta de empreiteiros. -----

A intervenção do Deputado Municipal, Nuno Morais e a prospeção do lítio, tenho em meu poder um parecer do nosso conselheiro científico que nos ajudou quando nós respondemos e quando nos foi pedido pela Direção de Minas, o parecer que a Câmara deu, que não é vinculativo, foi que eles tinham que ter em atenção o Azibo e os Geossítios porque somos uma zona protegida da UNESCO. É portanto uma zona qualificada da UNESCO e por isso teriam de ter muito cuidado nas prospeções que iam fazer e a leitura que fazemos do Aviso é que o lítio poderá ser o que lhes interessa e para já não fiz qualquer manifestação nem o vou fazer porque isto é apenas para uma prospeção e não acredito que eles façam qualquer exploração ou lavra no nosso território, primeiro pelas contingências que tem, segundo porque não vejo que o nosso território tenha riqueza suficiente para justificar a intervenção e os gastos que isto tem. Para nós ficamos com o território cadastrado. Sobre a presença nesta Assembleia do Presidente do Conselho de Administração da ULS, como já vos disse a minha leitura não foi a minha versão foi aquilo que me foi comunicado por ele, e não está hoje nesta Assembleia porque a Comissão



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

de Saúde reuniu, interpelou-o e fez-lhe as questões e penso que depois, oportunamente nos irão transmitir o resultado. Vamos continuar atentos e não acredito que nos venham prejudicar com a retirada de camas. Quanto ao Agrupamento de Escolas e os transportes confesso que desconheço essa problemática nos transportes, mas vou indagar e saber o que se passa.”-----

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

INÁCIO DE JESUS ROMA (PS) – Que disse: “ Quero agradecer a todos a vinda a esta Freguesia, é com muito orgulho que recebemos esta Assembleia e esperamos receber mais um dia que calhe. Quero também convidar a todos para um jantar que vai ser realizado, no final desta Assembleia, no Restaurante da Comissão de Festas.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: “Sr. Presidente, lamento ter de dizer isto mas, a impressão que me dá, é que tudo o que toque a alguma coisa relacionada com o Governo, com o PS, com as estruturas administrativas dos Ministérios, o Sr. Presidente toca com pinças. Dizer-lhe também que já andamos há duas Assembleias Municipais com esta questão das camas de medicina interna. Solicitou-se à Comissão de Saúde a questão da medicina interna e já me chateia vir aqui com esta questão mas acho é que um assunto de interesse superior do concelho esta questão porque afeta pessoas do concelho com idade avançada, afeta tratamentos diferenciados e portanto acho que o Sr. Presidente, até porque é a sua área, devia ter um cuidado extremo com isto e vir aqui passados meses dar-nos uma resposta, mesmo que assumisse que o Sr. Presidente da ULS proferiu afirmações incorretas, ou até no extremo, o enganou, entendo que só lhe ficava bem vir aqui assumir a mea-culpa porque a questão simplesmente é esta e o Sr. Presidente da Câmara tem plena consciência disso. Agora com o programa de luta de contingência da gripe, eles não vão meter camas nenhuma e o Sr. Presidente é que vai ficar mal visto e isto não me agrada porque a defesa que me move aqui, não é a questão política mas sim a questão do concelho. Sobre a questão da sanidade animal o Sr. Presidente nem lhe tocou. Encontramo-nos hoje em Talhas e aqui, assumo o compromisso do pagamento da sanidade animal aos agricultores, derivado também ao excelente trabalho que a EDRU está a fazer na Pessoa do Engº. Henrique Palma, em relação à sanidade vegetal. Assuma Sr. Presidente a questão do pagamento da sanidade animal que isso só lhe fica bem e nenhum de nós vai assumir a paternidade disso, antes pelo contrário, se isso avançar serei eu o primeiro a dizer que é uma medida do Sr. Presidente e o valor não é tanto como isso. Dizer-lhe também que falou e muito bem que a Junta de Freguesia de Talhas tenha conseguido fazer Espetáculos e Feiras com reduções de preços em relação a outras Entidades Externas que o faziam e chamo também à atenção de V.ª Ex.ª por exemplo à exorbitância, na minha modesta opinião, que foi o Festival de Música Tradicional, pois gastar €25.000 num Festival de Musica Tradicional, pese embora a qualidade extrema dos artistas, que equivale a gastar €8.500/noite. Quando o Sr. Presidente não quer pagar a sanidade animal aos agricultores, tenho forçosamente de pôr certos e determinados assuntos aqui em questão, porque nem eu nem o concelho vivemos de música

tradicional. Entendo a excelência do evento e se quer pagar esses valores exagerados, pague mas, então tem de pagar outras coisas e eu entendo o sufoco orçamental que o Sr. Presidente diz. Em relação à questão do lítio queria fazer-lhe duas questões: primeiro – gostava de ter acesso ao parecer, quem assinou o parecer e a data do mesmo, porque o parecer é uma mão cheia de nada. Segundo – mediante o parecer porque razão retira o Azibo e o Geoparque e não permite que nestas zonas também sejam feitas prospeções?” -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Disse “o Sr. Presidente não respondeu ao que eu tinha perguntado e questionou-me acerca do estudo que tinha sido feito. Que fique claro que eu não questionei o estudo relativamente aos transportes que foi feito. O que eu questiono é qual a razão pela qual é feito um Concurso Público Internacional, em que vai haver um só operador para toda a CIM e porque razão não se pode fazer de outra forma, porque pode, e porque razão os nossos taxistas, e, que são ainda alguns, vão poder deixar de fazer muitos dos trabalhos que fazem até hoje, porque a maior parte das freguesias tem mais de 40 habitantes e, nessas, vai ser o operador que vai poder explorar, é isso que eu questiono, é a salvaguarda dos interesses do meu concelho. E, como eu não posso colocar estas questões à CIM, porque a CIM não foi eleita, eu só posso questioná-lo a si, enquanto Presidente da Câmara e representante do nosso concelho.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Disse o seguinte: “ Pretendia repor aqui uma situação muito rápida. O Deputado Manuel Mico referiu que este Governo deu a possibilidade dos transportes para o Interior. Deu sim senhor, depois de toda a oposição se ter posto em “bicos de pés” e contestar a medida, que era só para o Litoral inicialmente. É de facto fruto da tomada de posição da oposição e em particular do Rui Rio e do PSD que a medida foi alargada ao resto do território. Mas queria também assinalar aqui uma coisa que o Sr. Presidente da Câmara teve o à vontade e a honestidade de partilhar connosco. É de facto muito difícil conseguir fazer alguma coisa e eu penso que esta dificuldade não surgiu só agora é uma dificuldade que já vem detrás. Certamente que ao longo destes anos toda a gente teve vontade de fazer mais e melhor e compete-nos de facto a nós todos aqui unirmo-nos para conseguir isso. Mas, este partilhar honesto que aqui teve connosco vem de facto pôr a nu que por vezes o defeito não é nosso, porque por nós muitas mais coisas teriam sido feitas e por todos aqueles que passaram no Governo do Município, muitas mais coisas teriam sido feitas. Mas também nos disse aqui que algumas coisas já falharam, no Ensino na questão da projeção que teriam de alguns programas que trouxeram para o concelho, nomeadamente no do “Há Festa na Aldeia”, e, como sabe eu já falei aqui de várias coisas em que o Sr. Presidente cortou e abandonou o que vinha de trás e por isso lhe peço que recue e volte a recuperar aquilo que funcionava e aquilo que já estava testado, aquilo que nos dava visibilidade. Não tenha problemas nem vergonha de trazer cá os programas de sábado e de domingo, é um dia inteiro de televisão e isto dividido pelo resultado que traz é de borla. Peço-lhe encarecidamente que pegue antecipadamente no Natal, na Feira da Caça, no Carnaval e não deixe estes eventos cair como caíram nestes últimos dois anos. Já viu com iniciativas iguais aquilo que fizeram os



concelhos vizinhos? Já viu o Verão que tivemos e já viu o que os concelhos vizinhos conseguiram fazer, que tiveram as suas terras sempre cheias de gente? Poder dinamizar a economia como dinamizaram. É isso que eu lhe peço, pegue por favor naquilo que funcionava e engrandeça-o.” -----

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – “Gostaria de passar uma nota informativa relativamente a um assunto que falaram aqui. Falaram no cadastro dos caminhos com base na utilização de cartas militares, por vezes desatualizadas e, nesse sentido, gostaria de passar a informação de que, aquando da operação dos Censos 2011, o Instituto Nacional de Estatística apresentou material sobre o nosso concelho extremamente atualizado e com excelente visibilidade, como por exemplo, em suporte papel fotografias aéreas de todo o território e de todos os caminhos rurais e não rurais, e também em suporte informático um sistema de georreferenciação territorial também extremamente atualizado. Portanto sempre que precisarem, tanto para o Cadastro dos caminhos como para projetos e outras atividades essa informação existe com qualidade. É apenas uma nota no sentido de ajudar.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Sr. Presidente é no mínimo caricato que não se tenha apercebido de como estavam as bermas. Eu sei que estive na minha Freguesia, estive no dia 14 de setembro nas Cabanas e Vilar D'Ouro e no dia 17 de setembro em Murçós e Bousende e, é estranho, porque o Vereador Pedro Mascarenhas estava a acompanhá-lo e apercebeu-se mas com certeza não lhe disse nada. Aconselho-o a dar novamente uma voltinha nos caminhos e vai reparar, por exemplo no que liga Murçós a Ferreira, há uma ponte que divide o termo e no sentido Murçós-Ferreira a proteção lateral do lado esquerdo da ponte nem se vê porque está cheia de silvas. Acredite que este ano não foi limpo esse caminho todo, tal como não foi o do Cruzeiro até Cabanas e também não foi a restante parte de Bousende que é aproximadamente 1,5Km.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: “começo por agradecer as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Talhas bem como a gentileza e a cortesia de nos oferecer o jantar. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal, Nuno Morais registre que não passei ao de leve a questão da sanidade animal, confesso que passei por cima, mas agora vou explicar esta questão. A sanidade animal como todos sabem no Distrito é uma questão importante e que os Municípios participam de forma diferente. Há um Município que é rico que participa a 100%, que é Bragança. O Município de Macedo nos primeiros dois anos em que não tínhamos um grande fôlego financeiro, e ainda agora estamos a pagar os 800 mil euros que parecendo que não pesa muito no orçamento do Município e dava para fazer tanta coisa, nomeadamente

Cuj
[Signature]
celin

para pagar a 100% a sanidade animal a todos os agricultores. Mas quero deixar aqui a nota que embora no corrente ano não estivesse contemplado devido a estes encargos que referi, além do depósito do dinheiro do Parque da Cidade que foram também cerca de 800 mil euros, tudo isto é muito dinheiro num orçamento de 1 milhão de euros. No orçamento do próximo ano sob proposta minha estamos a pensar em pagar 50%, que é o valor que a maioria dos municípios comparticipa. Quanto aos €25.000 gastos no Festival de Musica Tradicional, confesso que para mim é pouco dinheiro, e até acho que a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara faz milagres, pois este valor para aqueles dias todos na minha opinião, não é nada e vai estar contemplado novamente no orçamento do próximo ano. O Sr. Deputado falou também na questão da Comissão de saúde e isso eu estranho porque esta é composta por todas as forças políticas com representação nesta Assembleia Municipal, estranho que os Deputados do PSD não lhe tenham transmitido o que falaram na reunião e a que conclusão chegaram. Mas estamos no mesmo barco e defendemos exatamente as mesmas coisas e se o Sr. Presidente da ULSNE não defender os interesses de Macedo, estamos os dois contra ele. Quem fez o parecer foi o Conselho Científico, o Prof. Diamantino Pereira, que é um individuo reconhecido a nível internacional, é da Universidade do Minho, é um individuo já com pergaminhos e que tem responsabilidades acrescidas e é reconhecido em todo o País como Geólogo. Esta não é uma questão vinculativa no caso de Macedo é apenas uma prospeção e prospeções como a nossa em Portugal são às dezenas e em territórios imensos, desde Guarda, a todo o Norte do país. No nosso caso estamos atentos e se de facto houver uma intervenção que não obedeça a todos os cuidados de preservação ambiental e de preservação de Geossítios, pára de imediato, e vamos para a UNESCO. Neste momento isto não passa de um estudo e portanto vamos aguardar. -----

À Deputada Municipal, Jacinta Lopes tenho para dizer que o Concurso Internacional é obrigatório pelos valores envolvidos que são muito altos e os nossos pequenos Empresários não conseguem concorrer mas os nossos taxistas estão todos envolvidos em contratos que a própria Câmara fez com eles. O nosso Empresário do Município está sempre dentro das nossas preocupações. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Luís Gonçalves que falou na união e de estarmos todos em consonância a defender o território, isso sem dúvida que concordo. Quanto aos programas da televisão tenho andado a defender isso até porque não ficam caros, a questão é haver espaço para que eles aceitem vir cá, mas já estamos a tratar disso. -----

Quanto à informação da deputada Municipal, Catarina Matos, agradeço porque para nós é uma informação válida e os Presidentes de Junta irão ter essa informação em atenção.” -----

Neste momento o **Presidente da Assembleia Municipal** leu novamente a moção apresentada, subscrita pela Assembleia Municipal, que se transcreve. -----

É com enorme pesar que a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros regista o falecimento do nosso conterrâneo, António Joaquim Fernandes, mais conhecido pelo seu nome artístico de Roberto Leal. Este nosso conterrâneo foi autor/compositor e ator de teatro,



Cij
[Signature]
celim

produziu e vendeu cerca de 25 milhões de discos. Embora tenha feito grande parte da sua carreira fora do nosso país, concretamente no Brasil, nunca esqueceu a terra que o viu nascer, por onde passava Vale da Porca e o nosso concelho eram sempre falados e recordava sempre a convivência com as nossas gentes com muito carinho e saudade. Por isso foi um grande embaixador do nosso concelho e do nosso País. Nós como macedenses agradecemos-te muito essa deferência e queríamos deixar bem vincada a estima e consideração que todos temos por ti, onde estiveres muito obrigado Roberto Leal, serás sempre recordado por todos nós.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a moção nos termos apresentada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Municipal, António Afonso, aquando da aprovação da ata da reunião anterior, concedeu a palavra ao **1.º Secretário da Mesa da Assembleia, Manuel Carvalho** que disse: “ Em abono da verdade e também em defesa dos serviços de apoio à Assembleia e também desta Mesa, acho que erros tomos nós podemos cometer. Em relação à situação das cinco abstenções, sendo 4 delas por não presença na anterior Assembleia iremos verificar essa situação. Mas, em relação à votação e os números que apresentou eu tenho que lhe dizer que tem de ler com algum cuidado aquilo que está na ata. Os pontos votados foram o 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5. No momento da votação dos pontos 2.2, 2.3 e 2.4 estavam presentes na sala 61 Deputados Municipais, ou seja toda a Assembleia. No ponto 2.5 que dizia respeito ao Parque da Cidade, houve dois Deputados Municipais, nomeadamente os Deputados Luís Gonçalves e Leonardo Vila Franca, pelos motivos que todos nós sabemos, saíram da sala na discussão e votação do assunto, daí a razão dos 59 Deputados Municipais. Portanto as votações da ata estão corretas.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO 2.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) - “ Na página 7 da informação escrita do Presidente da Câmara vêm referidas ações para a captação de alunos para o Ensino Superior e relativamente a esta questão pretendia interpelá-lo neste sentido – saber desde logo em que

ações é que estamos aqui a falar, e confesso, que sobre este ponto fiquei bastante preocupado com o que o Sr. Presidente referiu porque quase dá a ideia que o protocolo que foi celebrado com o IPB na realidade está a funcionar de uma forma completamente desajustada àquilo que na altura nos foi comunicado e que tudo funcionaria em pleno e na realidade aquilo que agora vemos é que tudo funciona mal, a informática funciona mal, afinal até desviam alunos para Bragança para encher as pós graduações de Bragança e para as de Macedo ficarem vazias. Não entendemos portanto muito bem a racionalidade deste protocolo e das relações que existem entre o Município e o IPB nesta matéria. O Sr. Presidente também não falou sobre o que se passou relativamente à oferta do CTESP, pois na realidade tanto quanto sabemos todos os cursos propostos ficaram vazios e aqui surge-nos uma questão que é: que estudos é que são feitos e em que é que na realidade se aposta e o que estamos a fazer para segmentar o mercado, porque se na realidade isto está a acontecer é porque se calhar não estamos a escolher bem, ou então se calhar continuamos a ser boicotados por Bragança. Será que eventualmente nos estão a encher os cursos ou pelo menos não estão a enviar cursos para Macedo que não têm procura e as ofertas com procura não estarão a ficar noutros locais? É que há CTESP's a funcionar noutros locais como sabemos, e portanto eu diria que têm de ser feitos estudos, se não foram feitos, para que se perceba quais são as necessidades da região. E, também para que se perceba que não vale a pena apresentar ofertas que sabemos à partida que não vamos ter candidatos, porque aparentemente é o que se está a verificar. Esta questão depois remete-nos para o início do processo quando foi da aquisição do Edifício. Na altura, se bem se recordam, alertamos para o facto de eventualmente ser mais prudente optarmos pelo arrendamento para perceber o que se ia passar e para perceber se na realidade tínhamos condições para restabelecer o Ensino Superior com pujança que justificasse o investimento que estávamos a fazer e de facto, agora, aparentemente, e passado um ano isto começa a dar-nos um pouco de razão e deixa-nos preocupados, pois temos aqui um investimento bastante elevado que acaba por não apresentar justificação no número de candidatos que temos e portanto era conveniente o Sr. Presidente explicar o que se está a passar relativamente a esta matéria. -----

No que diz respeito ao Campo de Jogos que também já aqui foi falado, não percebemos porque motivo aparece nas empreitadas concluídas. Em boa verdade há algumas Assembleias atrás o Sr. Presidente referiu que o Campo de Jogos estaria pronto antes da época balnear mas, o que acontece, é que se formos lá hoje, ainda está em obras. Gostávamos de ser informados sobre o que está a acontecer, pois tanto quanto sabemos há uma série de alterações ao projeto inicial e gostávamos também de saber se efetivamente estas alterações não colidem com o projeto inicialmente apresentado à APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e, se isto não vai inclusive trazer problemas de aprovação por parte da APA. Se, o facto de estarmos agora a introduzir uma série de alterações às medidas, alterações à configuração inicialmente prevista e, se houve a preocupação de acomodar devidamente estas situações. Por último na informação escrita o Sr. Presidente menciona que faz uma série de reuniões de pressão sobre a CIM sobre a questão da continuidade do IP2 mas não aparece na mesma



Cij
celin

nada relativamente a esta questão. Contudo, deixo um alerta relativamente a esta questão. O Sr. Presidente mandou a responsabilidade para cima do Grupo Parlamentar do PSD, mas, há uma coisa que não entendi que é: do PSD estão os Municípios de Bragança e Vimioso e do PS está Macedo e Vinhais e, então Alfândega da Fé, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor que também são do PS? Então em que é que ficamos? O que se está a passar com o Lóbi PS? Não nos diga que agora estas Câmaras PS que acabei de referir se associaram a Bragança! É, que nós no concelho votamos uma moção que está alinhada e continuará alinhada na defesa dos interesses do concelho e desta ligação do IP2 e quem parece que não está alinhado é o PS na defesa do território, porque pelos vistos até Alfândega da Fé, Vila Flor e Mirandela que supostamente teriam muito mais a beneficiar com esta ligação do IP2 e não com a ligação a Bragança, não estão a colaborar. Então pergunto qual é a capacidade de influência que o Sr. Presidente e a Câmara de Macedo têm, junto dos seus colegas do PS, no âmbito da CIM. Uma última questão, porque me tocou particularmente, e que foi referida pelo Deputado Municipal Henrique Palma sobre as mortes no Azibo, no caso concreto do jovem na medida em que são família da minha esposa quer o pai quer a mãe, tenho para dizer que há ali uma série de equipamentos, e na informação do Sr. Presidente aparece que estão a ser estudadas umas medidas, e eu diria que era de todo conveniente ver a questão das vistorias daqueles equipamentos de diversão. Não sei se estão a ser cumpridas ou não todas as vistorias que são obrigatórias para os parques de diversão para que sejam asseguradas as condições de segurança para quem ali vai, porque tenho sérias dúvidas se as condições de segurança estavam todas asseguradas no equipamento em concreto, onde o acidente ocorreu e que levou à trágica morte daquele jovem." -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Vou colocar 3 questões. A primeira tem a ver com a atividade do Sr. Presidente da Câmara. Na aquisição de serviços aparece uma rubrica que tem a ver com a contratação de luz e som para a Feira de S. Pedro e eu pergunto por que motivo aparece destacada da prestação de contas da Feira de S. Pedro no seu todo, no âmbito do protocolo celebrado com a Associação Comercial e Serviços de Macedo de Cavaleiros. A segunda questão tem a ver com as obras concluídas e devo dizer que a intervenção feita na Rua Pereira Charula me agradou, nomeadamente a questão de resolver uma chaga constante que era o facto de as passeadeiras na cidade estarem permanentemente apagadas ou em grande parte com pouca visibilidade e penso que seria uma boa solução a adotar no futuro para outras vias intervencionadas e chamaria particularmente à atenção para a Avenida Camilo Mendonça, onde junto às escolas há uma passeadeira especialmente perigosa, onde já aconteceram vários atropelamentos, felizmente sem consequências graves, mas onde, eventualmente, seria recomendada uma passeadeira elevada do mesmo tipo à utilizada na Rua Pereira Charula. A terceira questão tem a ver com a recusa do Tribunal de Contas de visto relativamente aos dois empréstimos negociados com as Entidades Bancárias. Gostaria de ouvir alguns esclarecimentos adicionais porque efetivamente aqui, pelo que é apresentado pelo Relatório do Tribunal de Contas temos 4 não conformidades

o que de facto torna nulos os atos, quer da Câmara quer da Assembleia Municipal relativamente a este assunto. Temos por um lado, duas não conformidades com o Decreto-lei n.º 5/2019, no que respeita ao prazo adotado, quer à extensão do prazo, quer aos encargos adicionais que podem vir, nomeadamente juros de mora e penhor das contas bancárias e, por outro lado, relativamente ao regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, mais duas não conformidades, que têm que ver com o prazo que excede os 20 anos que a Lei permite e, por outro lado, o facto de não terem sido consultadas 3 Entidades para ver qual a que oferecia melhores condições ao Município. Em função disso, dado que tudo o que fizemos se torna nulo e é preciso renegociar tudo de novo, gostava de ouvir alguns esclarecimentos adicionais relativamente a essa questão.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Que disse: “ Pretendo falar de dois pontos que constam da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e, um deles é precisamente sobre a Rua Pereira Charula. A obra ficou bem-feita, está bonita, também concordo com as passadeiras naquelas cores mas o material é que certamente seria talvez mais adequado ser outro e não aquele mecan de jardim. Talvez o exemplo do betão de cor que temos na Praça dos Combatentes fosse uma boa solução para substituir aquele mecan de jardim que, penso, já teve de ser reparado pelo menos por uma ou duas vezes e agora no seguimento do inverno certamente que o problema continuará. Já as passadeiras elevadas, não concordo muito com elas e a prova está lá e teremos de arranjar outras alternativas. Mas no que respeita à Rua Pereira Charula isto é só acessório porque o essencial é o cheiro que permanece. A obra foi feita e segundo nos foi dito foram intervencionadas também todas as canalizações, nomeadamente a dos esgotos ali no centro da cidade e durante o verão os cheiros continuaram, e por isso pergunto se a obra foi bem-feita, foi malfeita, foi bem pensada, foi bem dimensionada e o que se passa para terem gasto o dinheiro e o problema continuar. Tive a oportunidade de ver a apresentação e a abertura do ano escolar e, no que respeita a este assunto, bem mais importante do que a apresentação e que a cerimónia de abertura é, o facto de termos terminado o ano escolar sem “Escola Segura” e não sabermos se o ano escolar começou com “Escola Segura”. Pretendia que o Sr. Presidente nos esclarecesse, a esta Assembleia, aos macedenses e pais dos alunos o que se passa com o Projeto da Escola Segura, se podemos ou não estar descansados, se está bem dimensionado em relação ao parque escolar que temos, em relação ao número de alunos, o que efetivamente se passa com esta questão e qual o motivo pelo qual foi suspensa e não fomos avisados disso, principalmente os pais. Na informação escrita há uma série de projetos que vêm sendo repetidos no texto da mesma em momentos diferentes do projeto, nomeadamente na execução do projeto e na execução da obra e variavelmente aparecem como ajustes diretos e por vezes ficamos um pouco sem a noção de quanto é que se gasta na totalidade dos projetos porque andamos aqui a ser informados ao retalho e, haverá projetos que eventualmente possam ter um custo de 50 quando somos informados aos 10 de cada vez. No seguimento da transparência e do rigor acho que seria importante termos a informação da globalidade dos



custos dos projetos. Aproveito ainda esta questão para dizer uma coisa a propósito da abordagem feita ao custo do voleibol de praia e do Festival de Musica Tradicional, nenhum deles será caro se tiverem retorno das coisas e temos de pensar mais nesta perspectiva e não no dinheiro que elas custam, pois o investimento é isso, procurar o máximo no retorno para o nosso concelho." -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer "relativamente à intervenção do deputado Municipal, Carlos Carneiro as ações de captação para o Ensino Superior têm a ver com as ações que nós em reuniões tivemos, com os responsáveis pelas várias áreas do IPB, com o Agrupamento de Escolas pois como sabem temos de ter onde ir captar esses potenciais candidatos. Nos CTESP's também não tivemos grande recetividade porque não há alunos. De todos os que eu conheço que manteve, e porque já tem uma continuidade sedimentada e porque fazem um trabalho fantástico também ajudados por técnicos do próprio IPB, só Carrazeda funciona, todos os outros ficaram vazios. O protocolo do IPB vai longe, até ao Minho, ao Ave, Guimarães, Chaves mas aqui também ficaram vazios. Em Macedo houve 4 candidatos mas como é óbvio não era suficiente para fazer uma turma. Os candidatos que tínhamos que poderiam preencher uma turma, eram os alunos Guineenses, mas estes têm sido um fracasso e para além dos meios, de não garantirem meios são de facto alunos sem condições para integrar os CTESP's. No ano passado fizemos uma turma e houve alunos com alguma produtividade mas no corrente ano nem sequer garantias havia de que eles pudessem permanecer no nosso território. Quanto à escolha dos CTESP's foi ponderada e bem direcionada e a Gerontologia fazia todo o sentido, tendo em conta que há imensos Lares na nossa zona e era pertinente ter este Curso Técnico, mas acontece que não foi preenchido, talvez porque foram direcionados e, não me perguntem porquê para Carrazeda mas, esse é um curso que já estava sedimentado. Relativamente à aquisição do Edifício do Piaget, foi sempre um bom negócio, quer queiramos quer não, pois termos ali um terreno que cedemos e que não é nosso, pelo menos agora é nosso o terreno e o edificado, e o edificado é candidatável para a sua requalificação. Ainda não se fez porque ainda não houve a abertura de Avisos mas iremos fazê-lo quando houver essa oportunidade. Aquele edificado parecendo que não, abriga a Universidade Sénior, que é um excelente trabalho que tem sido feito pela Vice-presidente da Câmara, a nossa é uma das melhores e maiores Universidades do País. Estão também alocados ao espaço o Gabinete EDRU e também a Escola de Negócios, os promotores que é uma situação que também não está bem definida porque tem existido alguma falta de articulação entre os promotores e a Associação que está a fornecer as bolsas mas, posso dizer-vos que caso haja problemas com esta Associação temos já negociações feitas com outra incubadora que poderá exatamente promover o mesmo serviço. Relativamente ao Laboratório de Investigação que estava previsto para sementes há uma bolsa prevista para este efeito, candidatada, estão a ser feitas as audições dos possíveis candidatos e poderão ser

também investigadores a alocar a este espaço. Há também o interesse da Associação de Autistas se sedear nesse espaço. Portanto a aquisição do edifício faz sentido e se não for de outra forma, até com as obras que vão ter de ser realizadas no edifício dos Paços do Concelho, a Câmara teria de alugar um espaço e assim há a hipótese de se poderem alocar lá alguns dos serviços. É um edifício que se iria degradar se não fosse da Câmara e neste momento temos todas as condições para desenvolver o Projeto SidUp, se não for de uma forma será de outra. Sobre as alterações ao Campo de Jogos e o possível reflexo nas apreciações e pareceres da APA, tudo isto foi acautelado e não tem sido feito nada sem antes consultar a APA, pois não queremos correr riscos de ter de abortar trabalhos por causa de ilegalidades. Quanto às reuniões que referiu relativamente à continuidade do IP2, não estão mencionadas na minha informação escrita porque elas eram todas feitas no âmbito da CIM e foi várias vezes discutido. Quanto ao haver ou não consonância dos meus parceiros do PS, é evidente que há consonância, o problema é que cada um defende a sua "Bela" e só restamos Vinhais e Macedo porque somos os interessados. E, em boa verdade, os dois Deputados do PSD eleitos por Bragança para a Assembleia da República, também tem a sua quota-parte de culpa porque não puseram na proposta deles para o Plano Nacional de Investimentos nesta posição. Relativamente ao Azibo e as vistorias, como já disse, por parte da APA está tudo salvaguardado. O facto daquela plataforma ter causado o problema que causou, isto já vinha de antes e nunca ninguém pensou nisso porque felizmente não tivemos acidentes, e calhou haver uma criança que não sabia nadar e ficou debaixo da plataforma extensa, mas já tivemos o cuidado de a reduzir para 1/3. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal, José Madalena, a luz e som que aparece na informação escrita penso que se refere ao espetáculo "after hours", que nada tem a ver com o espetáculo da Feira de S. Pedro porque são coisas independentes. A Rua Pereira Charula e as passeadeiras temos de reconhecer que foi uma boa solução e já vários municípios me abordaram para fazermos o mesmo noutras localidades e quanto ao serem sobre elevadas ou não, a maior parte das pessoas é de opinião consensual que sejam sobre elevadas e as marcas que se verificam é a prova de que os automobilistas passam a grande velocidade mesmo dentro da cidade, a qualidade do mecan são pormenores técnicos que desconheço. Relativamente às conformidades ou as não conformidades da recusa do Tribunal de Contas, como eu disse, aquilo que referiu e sintetizou tecnicamente o que é que fundamentou a recusa mas obviamente o que estamos a fazer é renegociar o prazo e tentar que não haja encargos adicionais. Os maus cheiros no centro da cidade penso que vêm da rotunda da GNR e essa rua ainda não foi toda intervencionada irá ser agora num futuro próximo. Quanto à abertura do ano escolar sem a Escola Segura, isto era um programa que já acabou. A partir desse momento a GNR teve a boa vontade de continuar com o programa mas, a partir do momento em que avariou a viatura ficaram sem meios, mas vamos tentar que tenham a boa vontade de continuar se houver viatura, se não houver teremos de arranjar uma solução. Os retornos dos eventos penso que há sempre retorno." -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PONTO 2.2 – ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2019 / PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2019 / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Vice-Presidente da Câmara, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, que se transcreve. -----

“ Ao abrigo do estatuído no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em concreto, ao abrigo dos artigos 132.º a 136.º, entre o município e as freguesias do concelho foram celebrados acordos de execução, cujo objeto de delegação legal compreende as seguintes áreas: - Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; - Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; - Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão. -----

Pelo artigo 41.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, são revogados os mencionados artigos 132.º a 136.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na perspetiva de legislar, como se legislou – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – um novo pacote de delegação de transferências dos municípios para as freguesias.-----

Perante o exposto e considerando: i) Que, para o ano em curso, o processo de transferência de competências ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, se encontra atrasado; ii) Que ao abrigo do citado artigo 41.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estes acordos de execução podem ser mantidos até à formalização de outros ao abrigo do decreto-Lei já citado; iii) Que, no ano em curso, as freguesias continuaram a assegurar as competências que lhes foram delegadas ao abrigo dos citados acordos de execução; iv) Que, nos documentos previsionais do ano em curso do município, está prevista a ação 2019/A/62 – Transferência para as Freguesias / Acordos de execução de Competências – dotada com €250.000,00, proponho que a Câmara Municipal formalize a proposta, à Assembleia Municipal, no sentido de manter em vigor os Acordos de Execução com as freguesias do concelho. Mais proponho que, seguindo o critério previsto na cláusula 6.ª dos acordos de execução e perante o montante previsto nos documentos previsionais do município, a percentagem seja atualizada para 24% do Fundo de Financiamento das Freguesias recebido anualmente e reportado ao ano de 2018.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta nos termos apresentada e, para os efeitos do disposto no n.º 1, alínea k) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-la a apreciação da Assembleia Municipal.”-----

Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou autorizar a renovação dos Acordos de Execução com todas as Juntas de Freguesia do concelho, nos termos em que se encontram redigidos e apresentados na proposta da Câmara Municipal. -----

PONTO 2.3 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 4.ª REVISÃO – PROPOSTA / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 – 4.ª REVISÃO / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO ----
Presente a proposta do Vice-presidente da Câmara, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, que se transcreve. -----

“ O ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL regula as modificações aos documentos previsionais. Ad modificações aos documentos previsionais que deem lugar à inclusão ou anulação de projetos neles considerados (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal) ou que se traduzam no aumento da receita e/ou da despesa prevista (Orçamento) dão, sempre, lugar à sua revisão. Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento da Revisão dos Documentos Previsionais em vigor, porquanto, em síntese, do lado das GOP'S, contempla-se a criação de uma ação nova e a subdivisão do projeto 201813 pelas diferentes rubricas orçamentais, com o consequente ajustamento de despesa e, do lado do Orçamento, apresentam-se alguns ajustamentos ao nível da receita, sem que, para o efeito, haja aumento de receita. Por sua vez, do lado da despesa, a orçamentação das ações novas sem aumento da despesa inicial. Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. Assim, -----

A) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -----

Criação da ação (2019153) no montante global de €655,92 que visa assumir a revisão de preços da obra levada a efeito. -----

B) ORÇAMENTO -----

Ao nível do orçamento da receita as alterações que se propõem não vêm modificar a receita inicial. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação da ação nova, bem como ajustamentos feitos a outras ações. -----

Em face do exposto, em anexo junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º,



n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 4.ª revisão aos Documentos Previsionais de 2019 e, para os efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

(Votação: 2 votos a favor (Benjamim Rodrigues e Pedro Mascarenhas) e 3 abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Assunção Gemelgo) -----

Declaração de voto: “ A nossa abstenção é para manter a coerência com as votações anteriores.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Que disse: O Grupo Parlamentar do PSD manterá a coerência de aquando da aprovação e votação do orçamento e optará pela abstenção. E ainda fazer uma pequena “provocação” ao Sr. Presidente da Câmara - agora com a questão do chumbo do Tribunal de Contas e, atendendo àquilo que é o histórico do Orçamento anterior, onde votamos um orçamento *sui generis* de ser negativo e muito justificado pela questão da dívida da água, a pergunta que deixamos é, se na realidade nesta Revisão, ou em qualquer outra, não deverá estar acomodada uma revisão que acomode a reestruturação da dívida da água porque se o pressuposto do orçamento estar equilibrado este ano era na realidade a reestruturação da dívida da água, agora confesso que já não sei como vai ficar o orçamento, em função do que passou com o chumbo por parte do Tribunal de Contas. Já agora deixava uma outra questão que é saber se neste momento os compromissos atuais da água estão a ser honrados, bem como o Plano que estava anteriormente definido, ou se ele se manteve cristalizado no tempo e se mantém em atraso à espera que surja a tal reestruturação da dívida.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, por uma questão de coerência, eu vou votar contra. Votei contra o orçamento e contra as três anteriores revisões e nesta vou votar contra porque podiam ter retificado a opção de não me darem 1 cêntimo e não o fizeram. Também estou a estranhar que a dois ou três meses da aprovação do orçamento para 2020 ainda não tenha sido solicitada nenhuma informação às Juntas de Freguesia sobre as necessidades e quais as verbas que vão despende para inscrever em orçamento. aguardo que em 2020 o orçamento seja mais equitativo para as Freguesias, disponibilizando-me desde já a reunir com o Sr. Presidente para debater as verbas necessárias para o bom funcionamento da minha freguesia de modo a que este Executivo Municipal possa também participar financeiramente nas obras tão necessárias às pessoas da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse “sobre a dívida da água os compromissos que tínhamos para os anos da vigência do nosso mandato têm sido escrupulosamente cumpridos, não se deve um cêntimo. Agora esta reestruturação da dívida irá ser acautelada e teremos também de reequacionar no orçamento o devido valor e ajustá-lo em função da nova negociação. -----

Sobre a questão do deputado Municipal, David Martins, estamos cá e podemos reunir quando quiser. As vossas necessidades serão da nossa parte ouvidas e terão toda a recetividade. Já todos sabem que nas verbas a transferir para as freguesias aumentamos em mais de 20% e isto é dinheiro que é vosso e o resto teremos que conversar com o particular cuidado de perceber que há limitações e que há prioridades. A Câmara não está a pedir os relatórios porque os Presidentes de Junta já sabem que têm de nos dizer quais são as vossas necessidades e devem fazê-las chegar para quando começar a ser preparado o orçamento para o próximo ano.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 32 votos a favor, 1 voto contra e 26 abstenções, deliberou aprovar a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2019. -----

PONTO 2.4 – MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2019 – 1.ª ALTERAÇÃO / PROPOSTA NOS TERMOS DA ALÍNEA o), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ **MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2019 – 1.ª ALTERAÇÃO / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara, que se transcreve. -----

“ **Justificação** -----

Aquando da aprovação dos documentos previsionais para 2019, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o mapa de pessoal para o ano de 2019. À luz do disposto no artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os órgãos e serviços preveem anualmente as necessidades nos mapas de pessoal, tendo em conta as atividades a desenvolver durante a sua execução, tendo estes uma natureza dinâmica, pois alteram-se em função das necessidades das entidades. A alteração do mapa de pessoal que se propõe traduz-se em: -----

A)EXTINÇÃO DOS SEGUINTE POSTOS DE TRABALHO -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

i) Motivada por vacatura dos postos de trabalho: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, não adjetivada, licenciatura em Psicologia, ocupado por Liliana Alexandra Carpinteiro Andrade; - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, não adjetivada, licenciatura em Administração Autárquica, ocupado por Gracinda Claudina da Conceição Silva Sabença; - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, não adjetivada, licenciatura em Contabilidade, ocupado por Maria Isabel Teixeira Martins; - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, arquitetura, licenciatura em Arquitetura, ocupado por Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro. -----

ii) Motivada por não preenchimento do posto de trabalho: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, eletrotécnico, licenciatura em Engenharia Eletrotécnica – Total: 6 postos de trabalho. -----

B) CRIAÇÃO DOS SEGUINTE POSTO DE TRABALHO -----

i) Para preenchimento de postos de trabalho resultantes de vacatura: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Psicologia Organizacional, licenciatura em Psicologia Organizacional, vertente de Recursos Humanos, a afetar à Divisão Jurídica e Administrativa; - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Gestão de Recursos Humanos, a afetar à Divisão Jurídica e Administrativa; - dois postos de trabalho, carreira de técnico superior, Contabilidade, licenciatura em Contabilidade, a afetar à Unidade de Finanças. -----

ii) Motivadas por necessidade premente dos serviços para o desenvolvimento da atividade municipal: a) Para o projeto da Universidade Sénior: - Um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Gerontologia, licenciatura em Gerontologia, a afetar à Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social; um posto de trabalho, carreira de técnico superior, licenciatura em Língua Portuguesa, a afetar à Divisão do Conhecimento e desenvolvimento Social. b) Por força da nova contabilidade das autarquias locais: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Economia, licenciatura em Economia, a afetar à Unidade de Finanças. c) Por força das novas competências na gestão da água: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Química, licenciatura em Química, a afetar à Divisão de Ambiente a Gestão territorial. d) Por insuficiência de recursos humanos: - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, não adjetivada, a afetar à Secção de Contratação Pública; - um posto de trabalho, carreira de técnico superior, Socióloga, licenciatura em Sociologia, a afetar à Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social – Total: 10 postos de trabalho. -----

C) OUTRAS ALTERAÇÕES SEM IMPLICAÇÕES NO NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO

Com publicação no dia 20 de agosto e entrada em vigor no dia 01 de setembro, o Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, cria a carreira especial de fiscalização, extinguindo, assim, as carreiras de fiscal municipal, de fiscal técnico de obras, de fiscal de obras públicas e de todas as carreiras de fiscal técnico adjetivadas, determinando a transição dos trabalhadores. Perante o exposto, promove-se a atualização do mapa de pessoal, contemplando-se esta carreira especial, conforme documento anexo. Promove-se, também a alteração do mapa de pessoal nos termos e pelos motivos constantes da informação do Diretor de Departamento, datada de 2019.08.26, e despacho por mim exarado, cuja cópia se junta a esta proposta. Pelos

fundamentos antes expostos, no que concerne aos postos de trabalho elencados no descrito em B, proponho a criação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. À Câmara Municipal para apreciação.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, dos presentes deliberou aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2019, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-la a aprovação da Assembleia Municipal.”-----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Referiu “Relativamente a este assunto na página 2/3 prevê-se a contratação de um técnico superior de química com a justificação que tem a ver com as novas competências na gestão da água. Mas por sua vez, e voltando um pouco à informação escrita do Presidente da Câmara na pág. 7 aparece o ponto da situação sobre as medidas realizadas para concretizar a solução supramunicipal das baixas da água. O que pretendemos saber é que, se isto está previsto na realidade negociar numa entidade da CIM ou de qualquer outra que venha a fazer a gestão da água em baixa, porque razão se justifica esta contratação de um técnico superior de Química. O segundo aspeto está logo a seguir na alínea d) que diz: “por insuficiência de recursos humanos cria-se um posto de trabalho de carreira de técnico superior não adjetivada para afetar à seção de contratação pública. E, a questão que se coloca aqui é: se é por insuficiência de recursos humanos, se é um técnico superior e sabemos qual é a área (contratação pública) como é que se justifica que seja um técnico não adjetivado. Isto quer dizer que serve um qualquer? Porque o que dá a entender é que qualquer licenciatura ou formação serve, independentemente de terem ali qual é a área para o qual ele vai ser contratado e gostávamos que o Sr. Presidente nos explicasse esta questão.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder à questão colocada pelo Senhor Deputado.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu “ certamente já percebeu que da nossa parte não estamos propriamente à procura de uma solução que envolva a CIM. Pelo contrário, nós estamos é a querer sair da solução da CIM. Estamos há dois anos à espera que a CIM tome uma decisão. Já fizeram um grupo de trabalho e não conseguiram soluções, e nós falamos e reunimos com o Presidente das Águas de Portugal e o que nos disseram foi – criem uma solução que não tem de passar obrigatoriamente pela CIM. Neste momento Bragança e a CIM estão a empatar e a criar dificuldades e somos nós que estamos a ser os mais crucificados com as dívidas que temos e não nos interessa continuar com a solução da CIM e, ou a CIM toma uma decisão rapidamente ou nós temos que encontrar uma alternativa e vamos fazê-lo. Neste momento posso dizer-vos que irei por em cheque o grupo de trabalho e, se eles não



tomarem uma decisão de imediato, nós iremos procura-la. O facto de querermos contratar essa técnica é porque a Câmara precisa dela pelos motivos que acabei de vos dizer. Relativamente à vaga não adjetivada para a secção de contratação pública é simplesmente porque ficará quem tiver melhor currículo, seja em que área for, que tenha a ver com a contratação pública.”

Handwritten signature and initials in blue ink.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 58 votos a favor e 1 abstenção deliberou aprovar a proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2019, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

PONTO 2.5 – REDE NACIONAL DE ARTE PRÉ-HISTÓRICA / PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA s), N.º 1 DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL / DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“REDE NACIONAL DE ARTE PRÉ-HISTÓRICA / PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA s) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta da Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar, que se transcreve. -----

“ Desde há, provavelmente, pelo menos 65.000 anos, que os seres humanos produzem imagens na Península Ibérica. Os seus primeiros autores terão sido os caçadores recolectores neandertais. É, contudo, desde há c. de 35.000 anos, já no Paleolítico Superior, que seres humanos anatomicamente semelhantes a nós, mas ainda caçadores-recolectores, começaram a produzir a maior parte das imagens que chegaram até nós, criando um tipo de arte que perdurou até ao final do Paleolítico Superior, há cerca de 11.800 anos, encontrando-se sobretudo no interior de grutas e abrigos ou sob suportes móveis em pedra, osso ou haste de animal, em grande medida devido à provável erosão de representações gravadas ou pintadas em suportes ao ar livre. Existem, no entanto, importantes exceções ao ar livre, designadamente nas bacias do Tejo, do Guadiana e do Douro, sendo a concentração de sítios que se encontra no vale do Côa a mais espantosa manifestação desse tipo de sítios. Depois do final do Paleolítico Superior e até ao final da Idade do Bronze em Portugal, c. de 800 A.C., de quando datam os primeiros relatos escritos sobre a Península Ibérica, os seres humanos continuam a produzir imagens, já muito diferentes das anteriores, das quais o país apresenta excelentes exemplos distribuídos por todo o território nacional. -----

Pese embora a quantidade e diversidade deste recurso patrimonial no país, e pese ainda o facto de alguns dos sítios ou objetos referidos estarem preparados para usufruto público, a verdade é que, com exceção da arte do Vale do Côa, o público não tem consciência da

importância e, por vezes, mesmo da existência deste importante património. Numa altura em que o setor do turismo adquire cada vez mais importância, sendo fundamental a diversificação da oferta, o turismo cultural reveste-se de uma enorme importância. Importa, portanto, sensibilizar e criar um público para este património. Ora, a educação para o conhecimento e fruição de conteúdos culturais é algo que, provavelmente, poderá ser reforçado por uma rede resultante da união de esforços de diversas entidades, nesse sentido se justificando a criação da rede Nacional da Arte Pré-histórica. Com o objetivo da Constituição desta rede foi, assim, assinada, a 24 de junho de 2019, no Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, em Mação, uma Declaração de Princípio para a Constituição da rede Nacional de Arte Pré-Histórica reunindo diversas entidades que tutelam ou são responsáveis por alguns dos mais importantes exemplos de arte pré-histórica em Portugal, a saber: Câmara Municipal de Alijó, Câmara Municipal de Alandroal, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arganil, Câmara Municipal de Arronches, Câmara Municipal de Bragança, Câmara Municipal de Caminha, Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal do Fundão, Câmara Municipal de Mação, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Câmara Municipal de Meda, Câmara Municipal de Mirandela, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Câmara Municipal de Pinhel, Câmara Municipal de Ponte da Barca, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Valença do Minho, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Viseu, Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Fundação Côa Parque, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e o Instituto Politécnico de Tomar. -----

Objetivos da Rede: 1- Valorizar os sítios mais significativos da arte pré-histórica portuguesa, mediante a procura de soluções de mediação específicas a cada um deles e o apoio à sua implementação. 2- Valorizar os sítios mais significativos da arte pré-histórica portuguesa, mediante a sua integração num pacote turístico comum, identificável por estratégias comunicacionais partilhadas. 3- Educar e sensibilizar o público para a importância da arte pré-histórica portuguesa, mediante uma atividade editorial dirigida a diversas audiências e passando por diversos formatos físicos e virtuais. 4- Ser um fórum de reflexão e debate para o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às crescentes necessidades dos seus membros e de outros parceiros públicos e privados, individuais e coletivos, interessados na temática da arte pré-histórica portuguesa. 5 – Promover atividades que se destinem a facilitar a realização do seu objetivo, podendo para o efeito intervir diretamente junto dos órgãos governamentais decisores, estabelecer protocolos de cooperação com outras Associações ou organizações credíveis e com interesses afins, constituir empresas ou ligar-se a outras já existentes, sob qualquer forma de associação legalmente possível, desde que relacionadas com a temática da arte pré-histórica portuguesa. 6- Promover candidaturas a Fundos Europeus



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and the initials 'cei' at the bottom.

ou a outros fundos Nacionais ou Internacionais, que prevejam a concretização das ações a serem definidas no regulamento da rede. -----

Considerando o acima exposto e atendendo a que o Concelho de Macedo de Cavaleiros possui no seu território exemplares de arte rupestre, considero que é de todo o interesse integrar a Rede Nacional de Arte Pré-Histórica. -----

Nesse sentido, apresento a proposta de estatutos e o estudo de viabilidade económica, consensualizados na comissão especialmente constituída para o efeito, para que estes sejam submetidos à aprovação das várias entidades, para que os seus representantes se encontrem mandatados para formalizarem a respetiva adesão à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica. Estes documentos deverão, pois, ser aprovados em sede de reunião de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal, para depois ser requerido o visto prévio do Tribunal de Contas (v. Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).” -----

A proposta de estatutos e o estudo de viabilidade económica dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta, da Vereadora Elsa Carina da Silva Escobar, nos termos apresentados, e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”-----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

RICARDO JORGE SALSAS BATISTA (PS) – Disse “Elogio esta adesão, ainda por cima como elemento fundador desta Rede Nacional de Arte de Pré-História. Sendo professor de história é naturalmente algo que me toca e nós temos aqui exemplares, nomeadamente a Fraga dos Corvos, que eu acho que é algo épico que no meu entender não está bem aproveitado e que deveria ser bem explorado e estando nós nesta Rede Nacional e tendo em conta que somos um elemento fundador dá-nos uma dimensão que de uma outra forma não teríamos. Da mesma forma gostaria também de lembrar que não é só a pré-história, o nosso concelho tem elementos romanos, muçulmanos e coevos e dentro da parte da idade moderna temos o fantástico Real Filatório que é de facto uma peça única inclusivamente a nível nacional. Enquanto professor desta área deixa-me triste que houve uma Associação que recolheu e fez trabalhos científicos fantásticos, à volta de 8 ou 9 cadernos mas infelizmente como quase todos nós fazemos com os livros de história estão a apanhar pó. De facto é triste porque houve conhecimento e foi feito esse investimento e ninguém está a pegar nesse conhecimento e a transformá-lo dentro do Agrupamento de Escolas de Macedo e mesmo a outros níveis, como por exemplo a Universidade Sénior. Era importante passar essa informação porque ela está lá e ela existe mas ninguém está a pegar nela. Enquanto Vereador da oposição no anterior Executivo fiz essa proposta de forma abstrata mas depois na parte final fiz uma proposta concreta e a mesma não teve seguimento e por isso desafiava este Executivo a pegar nela e seguirmos em frente.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou autorizar o Município de Macedo de Cavaleiros a aderir à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica, nos termos da proposta apresentada. -----

PONTO 2.6 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA AS FREGUESIAS / PROPOSTA PARA O ANO DE 2019 -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA AS FREGUESIAS / PROPOSTA PARA O ANO DE 2019: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, que se transcreve. -----

“ – Considerando que o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias; - Considerando que o elenco das competências a transferir são muitas, carecendo algumas delas de particular atenção, pois exige a criação de condições técnico-administrativas capazes de dar resposta às solicitações dos cidadãos; - Considerando que acresce o facto do processo de transferência, ao nível de recursos, ser um pouco burocrático, não tendo, por isso, em tempo útil, sido concluído nenhum processo com qualquer das freguesias do concelho, não obstante terem sido realizadas reuniões de trabalho para esse efeito; - Considerando que na última reunião realizada com os representantes das freguesias se concluiu que, no ano de 2019, as competências a transferir no âmbito deste diploma legal se mantinham, no todo, no município, para cumprimento do disposto no artigo 2.º, n.º 4 do citado diploma legal, proponho que a Câmara Municipal formalize proposta, à Assembleia Municipal, nesse sentido, ou seja, que no ano de 2019, todas as competências a delegar nos órgãos das freguesias, previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, se mantenham no município.” -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, dos presentes, deliberou, aprovar nos termos propostos, a proposta do Vice-Presidente da Câmara e submete-la à Assembleia Municipal.”” -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Que disse: “Pelo que percebi não foi possível efetuar os acordos e a transferência de competências da Câmara para as várias Freguesias, mas gostava de saber em que ponto da situação é que está, se já estamos numa fase final dos acordos, ou se ainda estamos no início e quais têm sido as dificuldades que existem para os Presidentes de Junta aceitarem. São situações de dificuldades de pacote financeiro, que se



calhar não passa, ou será mesmo por falta de recursos, quer humanos, quer outro tipo de recursos.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder à questão colocada pela Senhora Deputada.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que “a maior parte das competências em causa já estão assumidas pelas freguesias e não vai haver grande alteração àquilo que elas já assumem, como é o caso de caminhos e as ruas nas freguesias, mas como é óbvio isto é sempre negociável e temos vindo a falar com os Presidentes das Juntas de Freguesia. Há um ou outro pormenor que pontualmente poderá ser posto em causa em alguma freguesia e isso tem de ser discutido com cada um dos Presidentes de Junta.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar a proposta de Delegação de Competências nas Freguesias para o ano de 2019, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

PONTO 2.7 – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS CONCLUÍDOS QUE IMPLICAM A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento ao plenário da informação da Câmara Municipal n.º 227 datada de 2019.09.18 da Secção de Contratação Pública, que se transcreve. -----

“ `Para cumprimento do ponto 3 da proposta subscrita pelo Presidente da Câmara e aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de 2018.12.28, leva-se a conhecimento os procedimentos concursais concluídos até à presenta data e que implicam a assunção de compromissos plurianuais: -----

- Procedimento n.º 30/2019 -----

Tipo de procedimento: Consulta Prévia; Objeto: Aquisição de serviços de Auditor Externo para os exercícios económicos de 2019, 2020 e 2021; -Adjudicatário: Esteves, Pinho & Associados, Sroc, Ld.ª; Data da adjudicação: 07/06/2019; Aprovado pela Assembleia Municipal: 27/06/2019; Valor: 36.450,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 1.095 dias. -----

- Procedimento n.º 43/2019 -----

Tipo de procedimento: Consulta Prévia; Objeto: Transportes Escolares 2019/2020 – Circuitos Especiais de Aluguer; Adjudicatários: -----

Serra de Bornes – Transportes, Ld.ª; Valor: 4.845,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.--

Táxis Reis & Alves, Ld.ª; Valor: 13.430,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Táxis de Macedo, Ld.ª; Valor: 11.390,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

António dos Santos Rodrigues; Valor: 6.800,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Cancela & Carvalho, Ld.ª; Valor: 3.226,30€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Data da adjudicação: 21/08/2019; Prazo: 170 dias úteis. -----

- Procedimento n.º 44/2019 -----

Tipo de Procedimento: Consulta Prévia; Objeto: Aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições – Polo 1 – Ano Letivo 2019 – 2020; Adjudicatário: Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A.; Data da adjudicação: 08/08/2019; Valor: 64.515,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 170 dias úteis.-----

- Procedimento n.º 48/2019 -----

Tipo de procedimento: Ajuste Direto ao abrigo do n.º 6 do decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro; Objeto: Transporte de alunos 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Secundário – Rede de transportes escolares ano letivo 2019/2020 – Carreiras de transporte público; Adjudicatário: António Augusto Santos, Ld.ª; Data da adjudicação: 22/07/2019; Valor: 286.288,50€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 170 dias úteis. -----

- Procedimento n.º 51/2019 -----

Tipo de procedimento: Consulta Prévia; Objeto: Transportes Escolares 2019/2020 – Circuitos Especiais – CEA9; Adjudicatário: Ramiro Augusto Pereira; Data da adjudicação: 28/08/2019; Valor: 6.800,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 170 dias úteis. -----

- Procedimento n.º 52/2019 -----

Tipo de procedimento: Ajuste direto; Objeto: Transportes Escolares 2019/2020 – Circuitos Especiais – CEA9; Adjudicatário: António Augusto Santos, Ld.ª; Data da adjudicação: 05/09/2019; Valor: 12.750 acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 170 dias úteis.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto dois, dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco e ponto dois seis da ordem do dia. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

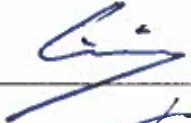
Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----


Ninguém pretendeu usar da palavra. -----

Eram vinte e duas horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a



reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos
excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----





Celia Mendo
